

# CADERNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

TRABALHOS PREMIADOS NA 12<sup>a</sup> JORNADA

## **Organizadoras**

Eliane Vasconcellos

Laura do Carmo

Tânia Dias

Fundação  Casa de Rui Barbosa

CADERNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:  
TRABALHOS PREMIADOS NA 12ª JORNADA

**Organizadoras**

Eliane Vasconcellos

Laura do Carmo

Tânia Dias

CADERNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:  
TRABALHOS PREMIADOS NA **12<sup>a</sup>** JORNADA

**Organizadoras**

Eliane Vasconcellos

Laura do Carmo

Tânia Dias

Rio de Janeiro  
2020

*Presidente da República*  
Jair Messias Bolsonaro

*Ministro do Turismo*  
Marcelo Álvaro Antônio

Fundação Casa de Rui Barbosa

*Presidente*  
Letícia da Silva Dornelles

*Diretor Executivo*  
Ronaldo Leite Pacheco Amaral

*Diretora do Centro de Pesquisa*  
Marta Maria Alonso de Siqueira

*Diretora do Centro de Memória e Informação*  
Ana Lígia Silva Medeiros

*Chefe do Serviço de Editoração*  
Benjamin Albagli Neto

*Preparação e Revisão:* Eliane Vasconcellos, Tânia Dias, Laura do Carmo e Ivana Stolze Lima.

*Diagramação e Programação Visual:* Gabriela Puchineli (estagiária Produção Editorial FCRB)

C122 Cadernos de iniciação científica [recurso eletrônico] : trabalhos premiados na 12ª Jornada / organizadoras Eliane Vasconcellos, Laura do Carmo, Tânia Dias. -- Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020.  
E-book ; pdf (63 p.) -- (Cadernos de iniciação científica)

Apresentação Ivana Stolze Lima.

Conteúdo: Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público / Gabriela Lúcio de Sousa – Villa Ferreira Lage: memória particular e coletiva / Lucas Elber de Souza Cavalcanti – O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho / Martina Benassi – O vocábulo “canhambola”: dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão / Rafaela Vasconcelos da Silva.

ISBN 978-65-88295-01-4

1. Iniciação científica. I. Vasconcellos, Eliane, *org.* II. Carmo, Laura do, *org.* III. Dias, Tânia, *org.* IV. Lima, Ivana Stolze, *pref.* V. Jornada de Iniciação Científica (12. : 2017 : Rio de Janeiro, RJ). VI. Fundação Casa de Rui Barbosa. VII. Série.

CDD 001.2

Bibliotecária: Letícia Krauss Provenzano  
CRB-7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa  
Rua São Clemente 134, Botafogo 22260-000, Rio de Janeiro, RJ  
Telefone (21) 3289-4600  
[fcrb@rb.gov.br](mailto:fcrb@rb.gov.br) | [www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)



## SUMÁRIO

### Apresentação

Ivana Stolze Lima ..... 6

### Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público

Gabriela Lúcio de Sousa ..... 7

### Villa Ferreira Lage: memória particular e coletiva

Lucas Elber de Souza Cavalcanti ..... 23

### O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho

Martina Benassi ..... 37

### O vocábulo "canhanbola": dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão

Rafaela Vasconcelos da Silva ..... 51

## Apresentação

Ivana Stolze Lima<sup>1</sup>

No dia 08 de agosto de 2017 foi realizada a nossa 12ª Jornada de Iniciação Científica. Dezoito graduandos, que fazem sua formação em Letras, Arquivologia, História, Comunicação, Belas Artes, Produção Cultural, Conservação, Restauração, Filosofia, Relações Internacionais, Biblioteconomia e Documentação nas universidades do Rio de Janeiro, tiveram ali a oportunidade de apresentar publicamente o resultado de seu trabalho ao longo de ano junto aos diferentes setores da Casa Rui. Na condição de bolsistas do PIBIC/CNPq, os estudantes propiciaram um amplo panorama das pesquisas e ações aqui desenvolvidas. Os representantes externos da avaliação dos trabalhos, professores Lúcia Grinberg (UNIRIO), Míriam de Oliveira Santos (UFRRJ) e Ana Célia Rodrigues (UFF) trouxeram contribuições valiosas, com comentários pertinentes e, ao mesmo tempo, delicados, diante de um processo tão especial como é a introdução ao mundo dos seminários, simpósios, jornadas e afins.

Como já é tradição, alguns dos trabalhos são selecionados pelos avaliadores internos e externos para fazerem parte de uma publicação, por se destacarem pelo cuidado na apresentação e envolvimento com a pesquisa. O intuito dos Cadernos de Iniciação Científica é propiciar aos bolsistas selecionados uma produção textual que lhes traz novos desafios. Fixar em um texto escrito algo que é fluido como a formação intelectual em um momento inicial, como é a graduação, não é tarefa fácil. Nem sempre é simples, para os orientadores, perceber e respeitar a autonomia dos seus orientandos, e manter a coerência com o projeto realizado. O resultado pode ser visto nos quatro trabalhos que aqui vêm à público. Estão todos de parabéns.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Setor de História da FCRB.

## Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público

Gabriela Lúcio de Sousa<sup>1</sup>

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) é um órgão federal, vinculado ao Ministério da Cultura, e tem como objetivos a pesquisa, ensino e preservação. Um de seus focos é o estudo sobre a memória e a vida de um dos personagens mais conhecidos da história do Brasil, o jurista, político, orador e jornalista Rui Barbosa. O Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB) está incorporado à FCRB e possui em seu acervo peças referentes a Rui e sua família, apresentando um total superior a mil e quinhentos itens, que abrange diversas tipologias. Dentre elas os têxteis, que se destacam para este trabalho, bem como para outras pesquisas. Serão examinados aqui os dois quimonos que pertenceram a Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948).

Esse estudo iniciou-se com a implementação do projeto de iniciação científica “Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público” em 2016, com objetivo de estudar os dois quimonos que pertenceram à esposa de Rui Barbosa – desde sua origem, história, materialidade, nomenclatura – propondo metodologias de conservação e de expografia para as peças, compreendendo o contexto de uso para o período, baseadas nas informações coletadas sobre os vestuários e a vida da matriarca da família Rui Barbosa.

Para compreender, então, os objetos estudados, a metodologia escolhida foi teórico-prática: em uma abordagem que tange à historicidade e à origem, bem como à vida e aos costumes de Maria Augusta. Para tal foram realizadas pesquisas no Arquivo Histórico e Institucional e na Hemeroteca Digital da FCRB, leituras de teóricos que tratam do tema, aqui listadas nas referências bibliográficas e de depoimentos fornecidos ao MCRB. Na vertente da história oral, as ex-funcionárias da FCRB Cláudia Reis e Rejane Magalhães foram entrevistadas, bem como a especialista na arte de vestir quimonos, Kyooko Watanabe. A parte prática embasou-se em visitas técnicas direcionadas em instituições de referência, especificamente o Museu da Imigração, o Museu da Imigração Japonesa no Brasil e o Museu Histórico Nacional.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Conservação e Restauração da UFRJ e bolsista no projeto “Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público”, sob orientação de Anna Gabriela Pereira Faria.

## MARIA AUGUSTA RUI BARBOSA

Maria Augusta Rui Barbosa (Fig. 1) nasceu em 23 de outubro de 1855, filha de Alfredo Ferreira Bandeira e Maria Luísa Viana. Em 23 de novembro de 1876 casou-se com Rui Barbosa, e permaneceram juntos por 46 anos. Tiveram cinco filhos: Maria Adélia Rui Barbosa (Dedélia), Alfredo Rui Barbosa, Francisca Rui Barbosa, João Rui Barbosa e Maria Luísa Vitória Barbosa (Baby). Cota, como era chamada na intimidade, faleceu aos 92 anos, vivendo mais de vinte sem a presença de seu marido.

Fig. 1 – Maria Augusta vestindo um quimono branco, que não pertence ao acervo do MCRB.



Fonte: Iconografia FCRB, 2016. Código da imagem: RB-RBIC 576. Disponível em: <  
[http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=crb\\_apes\\_pr&db=crb\\_apes\\_db&use=c  
h&disp=list&ss=NEW&arg=rb-rbic|rb-rbic|576](http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=crb_apes_pr&db=crb_apes_db&use=c&disp=list&ss=NEW&arg=rb-rbic|rb-rbic|576)> Acesso em: dez. 2017.

A paixão por Maria Augusta é destaque no relato de D. Baby, filha do casal, afirmando que seu pai não conseguiria viver sem a presença da esposa, mas que ela encontraria forças para continuar sem Rui Barbosa:

Nunca vi paixão assim na minha vida. Se ela falecesse primeiro, acho que ele não resistiria. Não que ela gostasse menos dele do que ele dela, mas é que papai tinha um temperamento assim muito afetivo; mamãe também, mas ele tinha uma paixão louca por ela.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Depoimento de Maria Luísa Vitória Rui Barbosa (Baby) em 10 de abril de 1975 para o projeto "Memória de Rui", no Arquivo Histórico e Institucional da FCRB. Reproduzido por: MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*, p. 73.

Já Maria Adélia, filha mais velha do casal, também comenta sobre esse amor em outra oportunidade:

É conhecido e já tem sido devidamente louvado o papel que desempenhou a esposa na vida de Rui Barbosa. Tanto que as filhas gostam de falar nisso, é natural. D. Maria Adélia, à minha esquerda, cita-me a propósito um comentário do médico da família, o Conde Pais Leme que dizia: “O conselheiro não poderá viver sem d. Maria Augusta. Perdendo-a, ele logo morrerá. Ao contrário, D. Maria Augusta sobreviverá ao marido por muitos anos.”<sup>3</sup>

Maria Augusta, antes de adotar o sobrenome Rui Barbosa, carregava o tradicional nome Viana Bandeira (Maria Augusta Viana Bandeira), notadamente conhecido na aristocracia baiana (Fig. 2)<sup>4</sup>, não pelas condições financeiras, já que seu pai, Alfredo Ferreira Bandeira, era um funcionário público, mas pelo prestígio, que continuou a ser propagado independente do dinheiro. Esse *status*, combinado à sua distinta educação, permitiu que Maria Augusta auxiliasse o marido em sua representação social: “sem sua educação aristocrática e sua reconhecida desempenho como senhora e anfitriã de ‘alta sociedade’, Rui não teria podido sustentar um salão e mesmo uma vida mundana respeitável para as rígidas exigências de seus círculos”.<sup>5</sup>

Ao longo da pesquisa algumas informações curiosas sobre Maria Augusta foram encontradas dentre elas, uma relacionada à compra de um jornal: a publicação *Echo das Damas* foi assinada por um ano, em 1880. Este era considerado um exemplar feminista do período. No entanto, não é possível afirmar para quem a assinatura foi direcionada, mas tal periódico teria sido apreciado por Rui Barbosa e/ou por Maria Augusta, já que no período, o casal não tinha filhos com idade suficiente para realizar tal leitura.

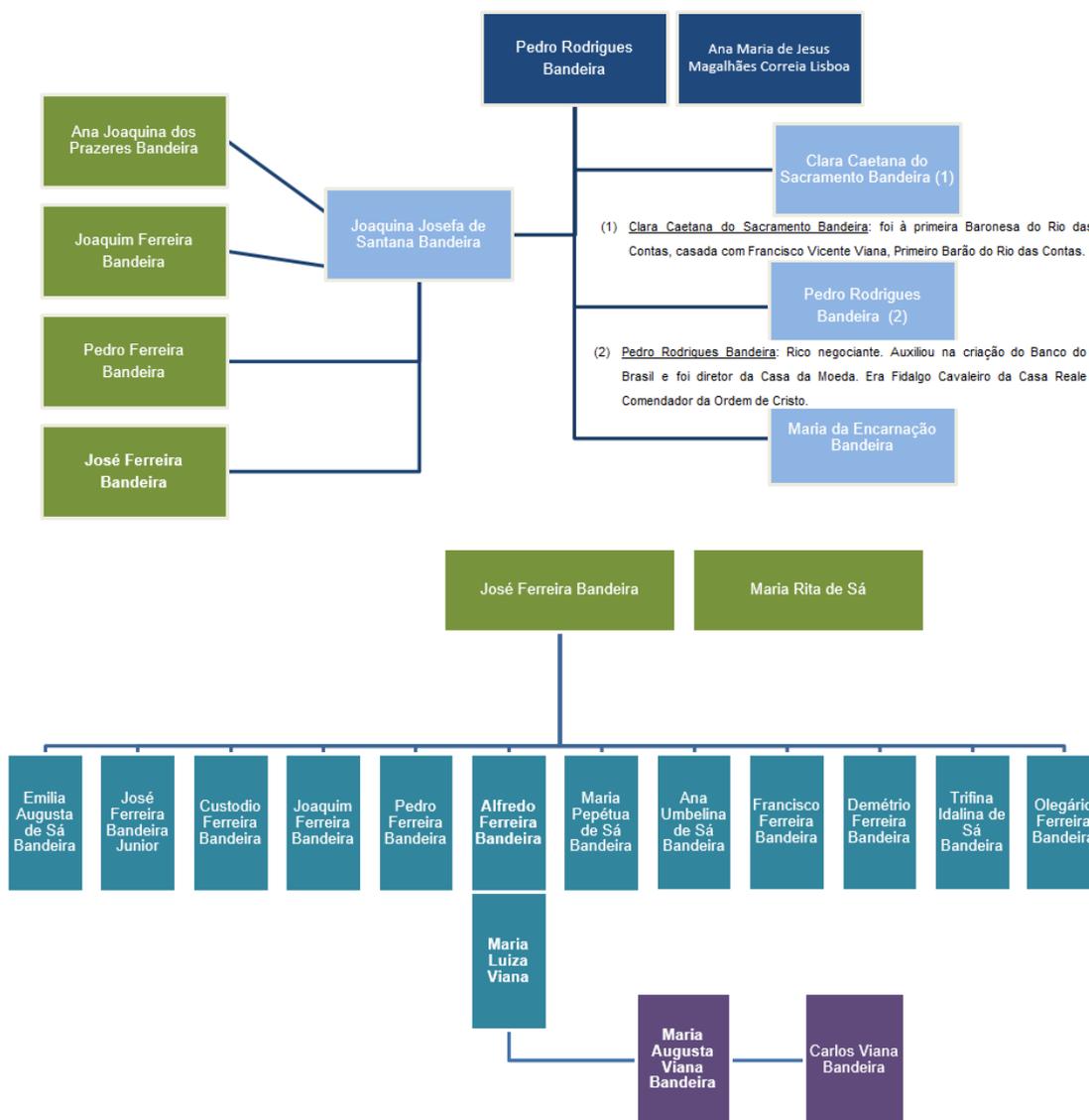
---

<sup>3</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. Rui Barbosa visto por sua esposa Dona Maria Augusta e sua filha Maria Adélia, p. 31.

<sup>4</sup> A árvore genealógica elucidará as posições e breve histórico da família Viana Bandeira.

<sup>5</sup> GONÇALVES, João Felipe Ferreira. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa*, p. 43

Fig. 2 – Árvore genealógica da família Viana Bandeira, especificamente da ramificação Bandeira.



Fonte: Produção de imagem por Gabriela Lúcio de Sousa, 2016. Dados obtidos através de Leatrice de Bandeira Hochwalt. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/genealogiadafamiliabandeira/prefacio>>

## OS QUIMONOS DE MARIA AUGUSTA RUI BARBOSA

Segundo entrevista realizada em agosto de 1960, Maria Adélia Rui Barbosa Batista Pereira, Delita, neta do casal, afirma que os quimonos, que hoje constituem o acervo do MCRB, teriam sido presentes do filho de Maria Augusta, João Barbosa, tendo sido adquiridos em uma viagem ao Japão.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> PIRES, José Manoel de Andrade. Ficha de catalogação – 50.810A e 66.881A.

As duas peças (Fig. 3) possuem número de tombo e, segundo a ficha de catalogação (Fig. 4) do exemplar preto, o objeto é descrito como um “quimono em seda preta, mangas curtas e faixa para amarrar na cintura. Decorada por galhos, folhas, flores, montanhas e barcos bordados em linha branca”.<sup>7</sup> O azul é apresentado como sendo um “quimono em seda azul marinho, bordado nos tons, branco, vermelho, verdes, ocre e azul claro. Mangas curtas e faixa para amarrar na cintura. Decorado por dragões, nuvens, árvores e quiosques”.<sup>8</sup>

Fig. 3 – Quimonos azul e preto, respectivamente.



Fonte: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Museu Casa de Rui Barbosa*, p. 322-323.

---

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid. A FCRB contou com um concurso de bolsa para graduados, direcionado para a confecção de planos de manejos em diversas tipologias de acervo pertencentes ao Museu, e, em 2008, a indumentária do Museu foi estudada pela bolsista Isamara Carvalho. Os quimonos também foram contemplados nesse processo de estudo. O azul foi considerado com estado de conservação ruim, e o preto, regular. Desde então, essas peças foram pouco estudadas, sendo apenas retomadas como objeto em 2016/2017.

Fig. 4 – Ficha de catalogação do quimono azul (50.810A).

## Museu

### Relatório MARC

Registro

Tag	Subcampo	Descrição
Quimono		
598 - ___	Notas de histórico da peça	
	a	O quimono é um roupão comprido, mantido preso por uma faixa e usado no Japão por ambos os sexos. Uma forma assemelhada, sem costura nas cavas, foi usada pelas senhoras, como indumentária doméstica, no início do século XIX. Usaram-se ainda, nos anos dez, casacos femininos nesse estilo, cujos cintos, terminados em franjas, faziam grandes laços nas costas. A influência oriental nas artes decorativas e na moda teve início no século XIX, notadamente a partir da participação do Japão na Exposição Internacional de Paris, em 1878. Fotografias desta casa no tempo em que a família nela residia mostram a presença do gosto oriental na decoração: louças, móveis e pequenos objetos. Presenteado a Maria Augusta Rui Barbosa, pelo seu filho João que o trouxe do Japão (informação de Delita Batista Pereira, em agosto de 1960). Existe no Museu outro quimono semelhante, de seda preta com bordados brancos e no acervo do Arquivo Histórico, fotografia de D. Maria Augusta vestindo quimono branco
650 - ___	Assunto - Termo tópico	
	a	Indumentária
852 - ___	Ident. lógica e física	
	a	Museu
	b	Coleção Rui Barbosa
990 - ___		

Fonte: MCRB, 2017.

A ficha ainda fornece outros dados interessantes, como a afirmação dos trajes como quimonos, além de identificar um deles como “roupão comprido, mantido preso por uma faixa e usado no Japão por ambos os sexos”.<sup>9</sup> O documento ainda considera outra tipologia de vestuário: “uma forma assemelhada, sem costura nas cavas, foi usada pelas senhoras, como indumentária doméstica, no início do século XIX”.<sup>10</sup>

## RESSIGNIFICANDO OS QUIMONOS A PARTIR DE UMA METODOLOGIA TEÓRICO-PRÁTICA

A primeira ação para o entendimento dessas peças, considerando-as como objetos musealizados, foi a realização de visitas técnicas a instituições com acervos semelhantes e outra a uma especialista em cultura oriental. Três consultas aconteceram em São Paulo, sendo uma ao Museu da Imigração, outra, uma visita à senhora Kyooko Watanbe, especialista na arte de

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.



Já no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, foi possível explorar o espaço de exposição e a reserva técnica, ver os equipamentos, as formas de acondicionamento, embalagens e conhecer o museu (que ocupa o sexto, sétimo e oitavo andar do prédio). A partir das visitas e da entrevista realizada com Kyooko Watanbe descobriu-se que os quimonos femininos têm algumas características específicas muito marcantes. Dentre elas, são destacadas as cores chamativas e as estampas com motivos delicados, como, por exemplo, flores e animais, que ornamentam toda a peça, não apenas um ponto específico, como é o caso das peças do MCRB, em que o estampado, apesar de muito rico, se concentra na parte das costas.

Os quimonos femininos também apresentam diferenças em relação ao estado civil das mulheres. As solteiras usam peças com estampas mais coloridas e chamativas, e as casadas usam tons pastéis coloridos e estampas mais simples. Não é o caso dos quimonos de Maria Augusta, que apresentam cores chamativas e brilhantes, além de bordados extravagantes e até menos femininos, considerando-se que, de acordo com o próprio Bunkyo, mulheres não usavam, tradicionalmente, bordados com estampa de dragões.

Observamos também que os quimonos femininos devem ser maiores que a altura das mulheres, tendo, em média, 10 cm a mais: a roupa deve ser dobrada duas vezes na região do abdome e, em cima das quais, são colocados os obis<sup>11</sup> que prendem o vestuário. Os quimonos tradicionais do cotidiano devem ficar na altura dos pés e, em ocasiões especiais, devem arrastar-se no chão. Os obis ainda apresentam outro ponto importante: eles sempre têm 15 cm ou 30 cm de largura, e não são usados outros tamanhos para quimonos tradicionais.

No Museu Histórico Nacional, a pesquisa foi realizada diretamente na base de dados, e, a partir das buscas, a ficha completa do traje era solicitada. Já o registro fotográfico só era feito com permissão, mediante assinatura de termos específicos. Com isso, nem todas as peças puderam ser consultadas, e, conseqüentemente, serão comentadas sem detalhamento fotográfico. Em um primeiro momento, é interessante perceber que alguns exemplares classificados como quimono não se adequam às características apontadas pelo Bunkyo, não correspondendo, portanto, aos parâmetros de um traje tradicional. Porém, em um objeto catalogado com a numeração 64826 (Fig. 6), da qual foi possível acessar o dossiê de doação, consta a concessão de um “quimono completo”, juntamente com um par de geta.<sup>12</sup> Não existem muitas informações no termo de doação sobre o que seria um conjunto desse tipo. O mesmo foi doado em 1972 por Marcílio Marques Moreira, marido de Maria Luiza de Oliveira Penna

---

<sup>11</sup> Faixa de cintura, utilizada nos quimonos.

<sup>12</sup> Geta ou gueta é o tamanco com base de madeira, muito utilizado na cultura japonesa.

Marques Moreira, proprietária dos artefatos. Consta na ficha de doação que foi comprado pelo marido, para presentear a esposa.

Fig. 6 – Detalhe da estampa da peça pertencente ao acervo do MHN. A flor laranja não é apenas pintada, mas recebe uma aplicação/bordado em seu entorno.



Fonte: Gabriela Lúcio de Sousa, 2016.

O MHN possui mais duas peças, pertencentes à coleção Sophia Jobim, que podem relacionar-se diretamente com o quimono azul de Maria Augusta Rui Barbosa: uma recebe a numeração 17.181<sup>13</sup> e outra 19.330, e ambas possuem estampa de dragão. O quimono azul pertencente à Maria Augusta tem bordados muito semelhantes aos do exemplar 19.330 (Fig. 7), tanto as nuvens estilizadas na parte frontal quanto o dragão na parte traseira.

Fig. 7 – Dragão nas costas da peça 19.330 pertencente ao acervo do MHN.



Fonte: Gabriela Lúcio de Sousa, 2016.

---

<sup>13</sup> Não foi permitido fotografar a peça 17.181, aparentemente por seu estado de conservação.

A partir das visitas, consideramos então algumas possibilidades para os trajes de Maria Augusta. Uma delas pondera que as peças são quimonos “tipo exportação”, ou seja, produzidos seguindo a moda oriental para agradar os ocidentais, porém não utilizados por japoneses, vez que não seguem as normas de produção tradicionais daquela cultura.

A segunda possibilidade cogita que os quimonos na realidade são *robes de chambre*, *robe d'hotesse* ou outras roupas de intimidade ou de quarto<sup>14</sup> com inspiração oriental, isto é, são peças, inspiradas no formato desse tipo de vestuário, usadas no interior das residências, como uma roupa de ficar em casa. Em ambos os cenários constatou-se que as peças não são quimonos tradicionais.

A partir, entretanto, do depoimento de Maria Luiza Vitória Ruy Barbosa Guerra (D. Baby) para o Projeto Memória de Rui, outra vertente foi cogitada: a dos quimonos serem, na realidade, *déshabillés*:

Mamãe. Mamãe gostava muito. Eu também toquei, mas pouco. Mamãe gostava muito. Ela sentava-se no piano... Interessante, todo domingo — eu me recordo disso —, antes do almoço, mamãe muito bonita, com aqueles **déshabillés** lindos que ela tinha, antes do almoço sentava ali e tocava “Home, sweet home”. Era invariavelmente isso todo domingo.<sup>15</sup>

Os *déshabillés* (Fig. 8) também estão inseridos na categoria de roupas de intimidade, e adequam-se perfeitamente ao modelo dos quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa.<sup>16</sup> Com isso, é possível considerar essa nomenclatura como válida, porém, cabe aqui uma pesquisa mais extensa sobre essas peças de vestuário e sua inserção no período em questão.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Manon de Salles. Entrevista concedida a Gabriela Lúcio de Sousa.

<sup>15</sup> GUERRA, Maria Luiza Vitória Ruy Barbosa (D. Baby). Entrevista concedida a funcionários do Museu Casa de Rui Barbosa para o projeto Memória de Rui.

<sup>16</sup> FEIJÃO, Rosane. Entrevista concedida por endereço eletrônico a Gabriela Lúcio de Sousa.

Figura 8 - Revista *Vida Doméstica* (n. 190, jan. 1934).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 2017, p. 124.

## O CORSET

Junto com o quimono preto de Maria Augusta foi catalogado um *corset* (Fig. 9) nas cores preto e bege. Essa peça suscita algumas questões. Quando o objeto foi apresentado ao Bunkyo, os responsáveis pela condução da visita técnica informaram que os materiais presentes no objeto, como ligas metálicas, elástico e barbatanas não eram utilizados em nenhuma etapa na produção de quimonos tradicionais da cultura oriental, além disso, a funcionalidade desse tipo de acessório não se adequa aos interesses estéticos dessa cultura, já que as dobras do quimono e o obi visam criar volume na área, e não escondê-lo.

Fig. 9 – *Corset* catalogado junto com o quimono preto de Maria Augusta (66.881A).



Fonte: Gabriela Lúcio de Sousa, 2016.

Imaginando os quimonos de Maria Augusta como tradicionais, o *corset* não estaria adequado. Considerando, porém, que os mesmos não o são, não seria impossível imaginar que a peça poderia ser usada junto com os trajes femininos. Em conversa com especialistas da área,<sup>17</sup> considerou-se que o objeto poderia ser masculino, devido a sua forma e concentração em apenas em uma pequena área da cintura.

Alguns exemplos acirraram a possibilidade de considerar tal peça como acessório masculino, dentre eles um *corset* existente no Los Angeles County Museum of Art (Fig. 10):

Fig. 10 – *Corset* do Los Angeles County Museum of Art.



Fonte: Rosane Feijão, 2016.

Uma propaganda da loja Modelo Luiz XV na revista *Fon-Fon* de dezembro de 1913 (Fig. 11) ilustra um homem usando um modelo de *corset*:

---

<sup>17</sup> As especialistas consultadas foram Rosane Feijão, pesquisadora de moda e doutora pelo PPGCOM/UERJ e Carolina Casarin, professora do SENAI/CETIQT e doutoranda pelo PPGAV/UFRJ.

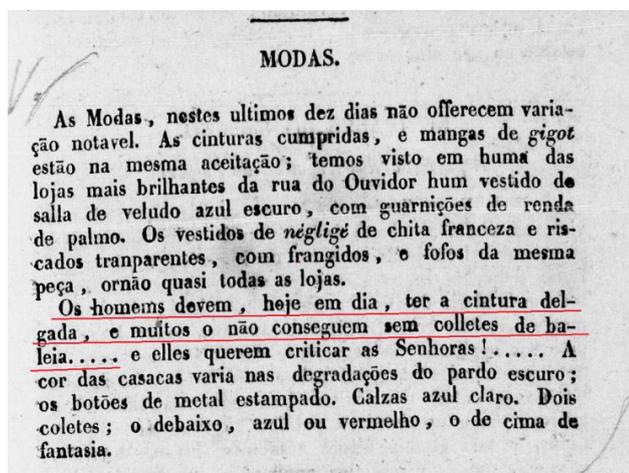
Fig. 11 – Propaganda na revista *Fon-Fon* (n. 8, fev. 1914).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 2017, p. 37.

E, finalmente, uma matéria em *O Espelho Diamantino*, de outubro de 1827 (Fig. 12), comenta que os homens devem ter a cintura delgada, e com isso, precisam recorrer aos “colletes de baleia”<sup>18</sup>, já que muitos não conseguem tal silhueta sem o uso desse artifício.

Fig. 12 – Matéria em *O Espelho Diamantino* (n. 2, p. 31, 1 out. 1827).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 2017, p. 15.

<sup>18</sup> Os colletes de baleia eram *corsets* masculinos com hastes de osso de baleia em sua estruturação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, é imprescindível aprofundar a pesquisa sobre *déshabillés* e roupas de intimidade, além de suscitar discussões acerca da terminologia “quimono”. Assim, será possível definir se as fichas de catalogação museológica das peças deverão ou não sofrer readequação de linguagem. A pesquisa direcionada para esse caminho confirma a importância deste estudo e não restringe o mesmo apenas para essas peças.

As bibliografias estudadas até o momento e as investigações realizadas na pesquisa propiciaram a oportunidade de repensar todo o acervo museológico do MCRB, considerando-se que “tal como entre os indivíduos, grande parte da singularização coletiva é alcançada pela referência à passagem do tempo”<sup>19</sup> e, portanto, ressignificando essas roupas e sua usuária, dentro de uma nova ótica de período.

A partir disso, compreende-se que a catalogação não finaliza a reflexão sobre os objetos já existentes no acervo, mas sim, constitui um ponto de partida para diversas propostas de pesquisa, como o caso do projeto “Os quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público” que utiliza como fontes de investigação as fichas de catalogação e as peças em si.

---

<sup>19</sup> KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas, p. 109.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. Rui Barbosa visto por sua esposa Dona Maria Augusta e sua filha Maria Adélia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Retratos de família*. 2ª ed. rev. e acresc. de 3 novos capítulos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968. p. 27-36.

FARIA, Anna Gabriela Pereira. Projeto – Os Quimonos de Maria Augusta Rui Barbosa: pesquisa, conservação e acesso ao público. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsistas16/h\\_Os\\_Quimonos\\_Maria\\_Augusta\\_a\\_Rui\\_Barbosa\\_2016.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsistas16/h_Os_Quimonos_Maria_Augusta_a_Rui_Barbosa_2016.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2016.

FEIJÃO, Rosane. Entrevista concedida por endereço eletrônico a Gabriela Lúcio de Sousa. Rio de Janeiro, 15 jul. 2017.

FERREIRA, Manon de Salles. Entrevista concedida a Gabriela Lúcio de Sousa. Rio de Janeiro, jul. 2016.

FIGUEIREDO, Flávia; XAVIER, Luana. Entrevista concedida a Gabriela Lúcio de Sousa em visita técnica ao Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 11 nov. 2016.

FINNCHAD, Bránn Mac (Pinterest). 1894 Mens Waist Binder. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/514184482443796717/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

FON-FON. Rio de Janeiro: Fon-Fon. 1907-1958. Semanal. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=17000&Pesq>>. Acesso em: nov. 2017.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Museu Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Banco Safra, 2013.

GIACOMINI, Ana Beatriz. Entrevista concedida a Gabriela Lúcio de Sousa em visita técnica ao Museu da Imigração. São Paulo, 20 jul. 2016.

GONÇALVES, João Felipe Ferreira. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro.

GUERRA, Maria Luiza Vitória Ruy Barbosa (D. Baby). Entrevista concedida a funcionários do Museu Casa de Rui Barbosa para o projeto Memória de Rui: depoimento. Rio de Janeiro, 10 abr. 1975.

HOCHWALT, Leatrice de Bandeira. *Genealogia da Família Bandeira*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/genealogiadafamiliabandeira/prefacio>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

KOBAYASHI, Eduardo; YAMASHITA, Lidia; YOSHIKUNI, Toshiko. Entrevista concedida à Gabriela Lúcio de Sousa em visita técnica ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (Bunkyo). São Paulo, 22 jul. 2016.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-121.

MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

O ESPELHO Diamantino. Rio de Janeiro, 1827-1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700312&pasta=ano%20182&pesq=1827>. Acesso em: nov. 2017.

PIRES, José Manoel de Andrade. *Ficha de catalogação – 50.810A – Quimono* (Relatório MARC). Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Ficha de catalogação – 66.881A – Quimono* (Relatório MARC). Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa, 1998b.

TAYLOR, Lou. *The study of dress history*. Manchester: Manchester University Press, 2002.

VIDA DOMÉSTICA: revista do lar e da mulher. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica. 1920-1962. Mensal. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pasta=ano%20193&pesq=babados>> Acesso em: nov. 2017.

WATANBE, Kyooko. Entrevista concedida a Gabriela Lúcio de Sousa. São Paulo, 21 jul. 2016.

## Villa Ferreira Lage: memória particular e coletiva

Lucas Elber de Souza Cavalcanti<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O território brasileiro é pleno de casas de elite, tendo estas múltiplas classificações e tipologias. Tais residências concentram-se, majoritariamente, em regiões em que são desenvolvidas atividades comerciais e que recebem especial atenção no âmbito político. É o caso, por exemplo, da região sudeste do Brasil.

Seja pela atividade de engenhos de produção, como é o caso de Minas Gerais e São Paulo, seja pela característica de sede do Império e Capital Federal de uma nação, como ocorreu no Rio de Janeiro, os suntuosos lares da elite dos séculos performam, em seus territórios, a contradição, a curiosidade, a manutenção do *status-quo*, o poder e a modernidade.

Paralelamente, os programas estéticos desses lares, associados a uma ideia de destacamento sobre a realidade que os cerca, correspondem à lógica de composição da própria sociedade brasileira. Uma sociedade que opera, desde sua formação, com a ideia de domínio e de produção de riqueza, representadas pelo par casa grande e senzala.<sup>2</sup> Nesse sentido, ficam claras as pretensões morais e sociais impregnadas nestas residências, que simbolizam, notadamente, o bem viver numa sociedade patriarcal.

Balizadas frequentemente em concepções revivalistas, estes simulacros sociais de moradia ancoravam-se nos pressupostos acadêmicos para justificarem sua existência, por meio do resgate de referências históricas e culturais de outros povos. A academia, sendo assim, era utilizada como dispositivo civilizatório. O uso de figuras mitológicas em medalhões e estátuas, como também os motivos fitomórficos nos estucamentos de interiores e fachadas, simbolizam o desejo pelo conhecimento e pela técnica pretendidos pelos proprietários desses empreendimentos.

---

<sup>1</sup> Graduando em Composição de Interior, na Escola de Belas Artes da UFRJ e bolsista no projeto “A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores”, sob orientação de Ana Maria Pessoa dos Santos.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*.

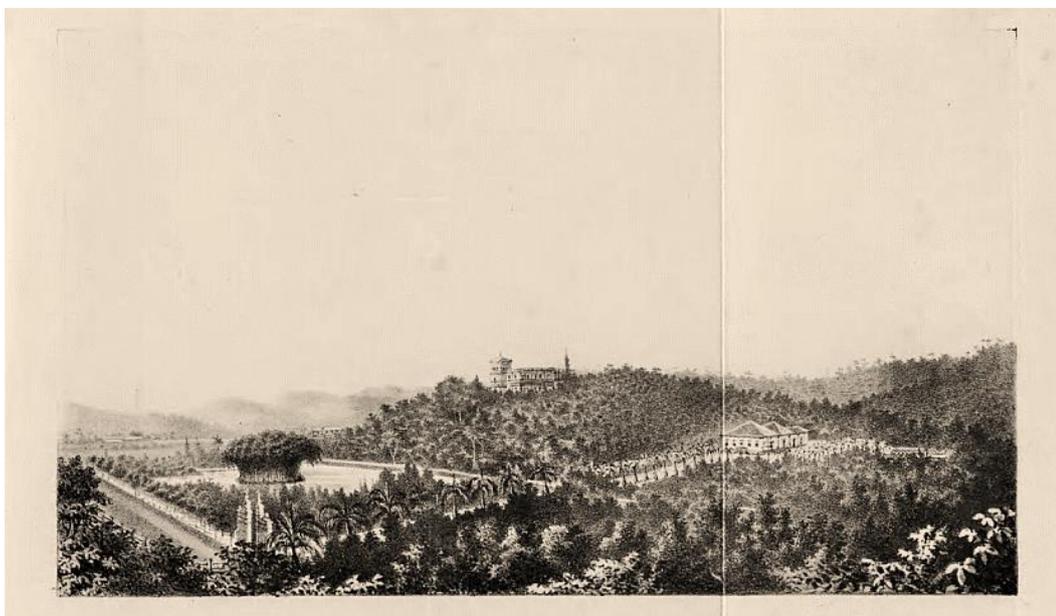
O gosto estrangeiro perpassaria, então, o imaginário de que a civilidade advém do caráter “exo”, ou seja, do que não é natural e/ou local, mas que é produto da atividade humana que se vê implicada no anseio de distanciamento da condição selvagem.<sup>3</sup>

Deste modo, os palacetes e os casarões deveriam funcionar como dispositivos da vida privada orientados para um modelo de vida elitista, destacado e hierárquico.

## A VILLA FERREIRA LAGE E MARIANO PROCÓPIO: O LAR DE UM HOMEM PÚBLICO

A Villa Ferreira Lage (Fig. 1), residência de veraneio de Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), é um legítimo exemplar do modelo representativo destas casas senhoriais. Concluída em 1861<sup>4</sup> por Carlos Augusto Gambs, a Villa é uma edificação neorromânica com inspirações renascentistas. Também chamada de Chácara ou Quinta do Comendador Lage, a residência está inserida em um terreno de 400.000 m<sup>2</sup>, à época, densamente arborizado, localizada na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.<sup>5</sup>

Figura 1: Quinta do Comendador Lage.



Fonte: Klumb. Ano: 1872

<sup>3</sup> SAFRA. *Museu Mariano Procópio*.

<sup>4</sup> FASOLATO, Douglas. A influência europeia em uma casa do século XIX no interior de Minas Gerais. IV *Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casa*, 2012.

<sup>5</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. *Ata da 80ª Reunião do Conselho Consultivo...*

A Villa fora projetada com o que existia de mais moderno àquele momento, como, por exemplo, um sistema de aquecimento a gás. Dotada de dois pavimentos, um torreão e um porão semienterrado, a casa reunia locais de convívio, abrigo, estudos e serviço, todos providos de amplo espaço, congregando bom gosto, luxo e eficiência construtiva em sua composição. Acerca disso, acrescenta-se, ainda, a presença de uma cisterna para armazenamento de águas pluviais, que foi pensada com funções estética e prática, contribuindo, desse modo, para a linguagem modernizante contida no projeto da residência:

Observa-se uma preocupação com a ornamentação de todos os espaços: sob o passadiço, há uma cisterna, onde as águas pluviais são armazenadas. O escoamento dessas águas é feito através de uma escada, que funciona como cascata, no sentido de descida do nível do solo. Ao final da cascata há uma estátua de mármore, à frente dos degraus, emoldurada pela estrutura de sustentação do passadiço.<sup>6</sup>

Mariano Procópio era um próspero comerciante na corte. Filho da Baronesa de Santana e nascido na cidade de Barbacena, considerada, à época, como centro agrícola e político de Minas Gerais, Mariano herdou terras e fazendas de produção de café; todavia, ampliou seus negócios adquirindo novos terrenos e propriedades.<sup>7</sup> Além dessas aquisições, Procópio se destacou pelo pioneirismo de novos modelos de empreendimento, como a construção da rodovia União e Indústria.

A rodovia União e Indústria, que ligava Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), fora concebida por Mariano com o intuito de escoar a produção agrícola na região da Zona da Mata. Além do lucro obtido por meio da ampliação do escoamento, Procópio implementou, ainda, o sistema de cobrança de pedágios na Estrada.<sup>8</sup>

É por ocasião da inauguração desta estrada e para recepção da Família Imperial que é construída a Villa Ferreira Lage. A Villa, portanto, representa o sucesso de um empreendedor e a boa relação deste com a maior instância de poder àquela época, o Império, representado por D. Pedro II.

---

<sup>6</sup> STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio...*, p. 39.

<sup>7</sup> COSTA, Carina Martins. *Uma casa e seus segredos*.

<sup>8</sup> STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio...*

Em linhas gerais, Mariano Procópio era um homem público, profundamente envolvido com o desenvolvimento econômico brasileiro. Era pertinente, assim, a concepção de um lar para si e sua família que atendesse a essa característica, operando no campo simbólico da projeção social, da articulação política e das referências acadêmicas e científicas. Constituíam-se, então, um lar que também atendessem à dimensão pública.

## ALFREDO FERREIRA LAGE E A TRANSFORMAÇÃO DO LAR EM EQUIPAMENTO CULTURAL

É importante destacar a atuação de Alfredo Ferreira Lage, filho e herdeiro de Mariano Procópio, como o primeiro ator desse processo de salvaguarda e perpetuação da memória do lar como instância pública cultural. Com uma rica formação acadêmica, fruto dos anos que viveu na Europa, Alfredo possuía sensível inclinação para as artes, atuando ainda na política e no jornalismo.<sup>9</sup>

Vivia junto, apesar de não ter nenhum laço civil oficial, com a pintora espanhola Maria Pardos, uma importante figura do cenário artístico nacional, com quem conviveu por 37 anos.<sup>10</sup> Além do contato com a pintura, mediado por sua companheira e pela memória de seu pai, que adquiria diversas obras de arte, Alfredo também fotografava e colecionava. Acerca dessa última atividade, é possível observar o atravessamento de tal prática como estreitamento/delineamento para a atividade museal.

É desse modo que, em 1915, Alfredo Lage abre a moradia para exibição de seu acervo particular de coleções. Em 1921, inaugura o Museu Mariano Procópio com galeria e salas de exposição destinadas à apresentação de seus mais de itens colecionáveis<sup>11</sup> e, em 1922, inaugura oficialmente o prédio Mariano Procópio, completando, assim, o complexo arquitetônico do Museu Mariano Procópio (MMP). Alfredo, naquele momento, além de criador, era o responsável pela direção de todo o complexo arquitetônico do MMP, autointitulando-se e mantendo-se diretor da instituição, com plenos poderes de decisão sobre o acervo e gestão do patrimônio. Em 1936, doa o imóvel e suas dependências ao município de Juiz de Fora, atuando ativamente na constituição, e posterior administração, do Museu Mariano Procópio.

---

<sup>9</sup> SAFRA. *Museu Mariano Procópio*.

<sup>10</sup> FASOLATO, Valéria Mendes. *As representações de infância na pintura de Maria Pardos*.

<sup>11</sup> Que superam o quantitativo de 50 mil, após sua morte.

Atualmente, o museu é gerido por um diretor-superintendente, oriundo da indicação de uma lista tríplice formulada pelo Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio<sup>12</sup> e escolhida pelo Prefeito de Juiz de Fora.<sup>13</sup> Desse modo, é realizada uma administração que considera as representações da sociedade civil e da prefeitura, em acordo com os objetivos definidos por Alfredo Ferreira Lage. Por meio da criação do Conselho, Alfredo buscou o cumprimento de suas diretrizes para gestão do Museu Mariano Procópio.

Dentre os critérios para a doação do Museu ao município de Juiz de Fora, podem ser destacados dois artigos centralizadores e limitadores a possíveis intervenções: “*PRIMEIRO*: Inalienabilidade dos bens doados, móveis e imóveis; [...] *TERCEIRO*: Perpetuidade dos fins do Museu e do Parque”.<sup>14</sup>

Analisando os deferimentos, identificam-se a proteção da memória e a preservação do caráter cultural da instituição como prismas imaculados e norteadores dos usos e reusos do complexo arquitetônico. Sendo assim, qualquer intervenção que modificasse a utilização do Prédio Mariano Procópio como espaço museológico e expositivo iria infringir a legalidade do empreendimento. Adicionalmente, outra utilização da Villa Ferreira Lage que se distanciasse do objetivo de salvaguardar a memória da Família Ferreira Lage, representada nas divisões, decorações e mobiliários, implicaria a desqualificação sobre a função primeira do imóvel.

Em relação à arquitetura da casa, destaca-se que a Villa é uma edificação que se assenta sobre uma colina, com volume menor que o edifício do Museu Mariano Procópio, anexado posteriormente, no século XX, e que complementa o complexo arquitetônico.<sup>15</sup>

Sua composição segue a ordem dos palácios neorromânicos e renascentistas, destacando elementos como a alvenaria de tijolos aparentes e estruturas em arcos no subsolo. A horizontalidade é bem demarcada, e a ornamentação exterior em medalhões, frisos e troféus segue o plano de construção de uma residência emblemática e arrebatadora.

---

<sup>12</sup> O Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio é um órgão formado por 30 representantes da sociedade civil que têm como função preservar, zelar e salvaguardar a memória do Museu Mariano Procópio, a partir da proteção ao Patrimônio e garantia da eficiência das diretrizes definidas por Alfredo Ferreira Lage em documento de doação à Prefeitura de Juiz de Fora (Lei nº 10.988, 19 de Setembro de 2005, art. 4).

<sup>13</sup> STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio...*

<sup>14</sup> SAFRA. *Museu Mariano Procópio*, p.15.

<sup>15</sup> COSTA, Carina Martins. *Uma casa e seus segredos*.

Figura 2: Fachada principal da Villa Ferreira com destaque para o torreão, projetando-se a partir da lateral esquerda do edifício.



Fonte: Casa de Rui Barbosa, 2015.

A construção é identificada, ainda, em sua assimetria, destacando o torreão de toda a estrutura compositiva, como pode ser observado na Figura 2. No torreão, que se projeta a partir da lateral esquerda, ficava a sala de trabalhos e experimentações de Mariano Procópio, com privilegiada vista para todo o parque.

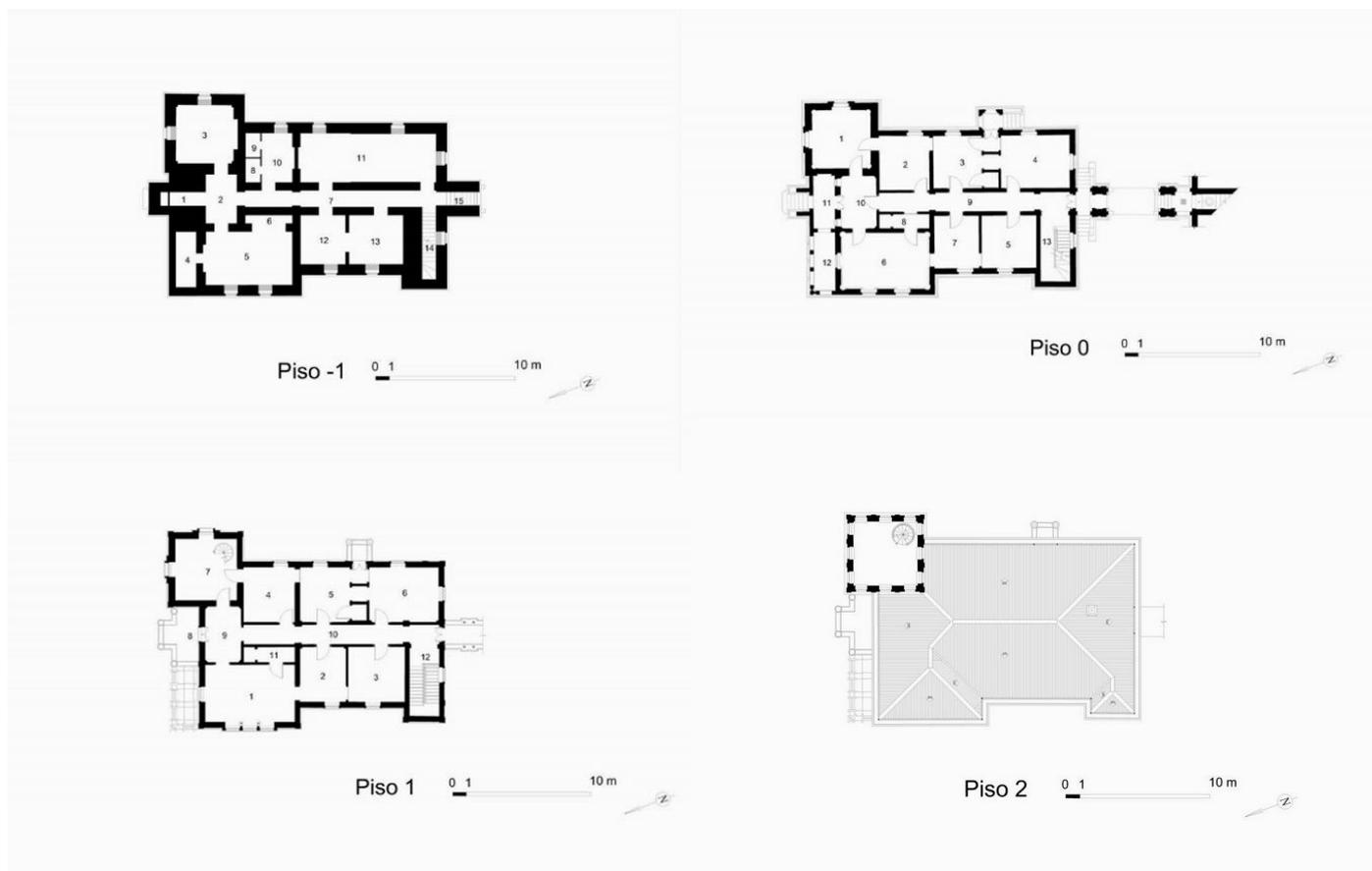
Figura 3: Fachada lateral da Villa Ferreira.



Fonte: Casa de Rui Barbosa, 2015.

Seguindo o padrão distributivo típico das casas de elite da época, o setor social localiza-se no pavimento térreo, enquanto a área íntima limitava-se ao segundo pavimento. A copa, a despensa, a adega e a cozinha localizam-se no subsolo da edificação, compreendidas no setor de serviço da unidade.

Figura 4: Plantas baixas dos pavimentos da Villa Ferreira Lage.



Fonte: Casa de Rui Barbosa, 2015.

O conjunto arquitetônico passa por obras de restauro e adaptação para melhor atendimento do público que os visita. Tais obras visam à recuperação do telhado da Villa Ferreira Lage, ao resgate da coloração inicial dos tijolos que compõem a fachada, à troca dos pisos de madeira e à restauração dos papéis de parede dos ambientes internos. Portas e esquadrias, assim como maçanetas, corrimãos e guarda-corpos também estão recebendo tratamento de preservação e restauro.<sup>16</sup>

É no entendimento de que a própria arquitetura do imóvel – associada à limitação de uso cultural definida por Alfredo Ferreira Lage em doação à municipalidade – que se deve orientar as soluções de reuso para a construção. Por esta via, fora realizado um mapeamento de serviços e opções culturais ofertados na região com o objetivo de prospectar possíveis novas utilizações para a Villa, bem como sua integração à agenda cultural da cidade (Tabela 1).

<sup>16</sup> STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio...*

Tabela 1: Mapeamento de espaços de cultura, lazer e entretenimento em Juiz de Fora, 2016.

<i>Museus</i>	13
<i>Cinema/Teatro</i>	5
<i>Parques</i>	2
<i>Ecoturismo/Esporte</i>	12
<i>Centros e Casas Culturais</i>	9
<i>Prédios Históricos</i>	5
<i>Igrejas</i>	7
<i>Espaços de Apresentação Musical</i>	8
<i>Clubes</i>	1
<i>Shopping Centers</i>	4
<i>Bibliotecas</i>	2
<i>Feiras</i>	1
<b>Total</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que há um número significativo de instituições culturais na região e empreendimentos privados que acabam coadunando às suas finalidades a promoção de cultura. São os casos, por exemplo, do Cultural Bar e do Ibiza Clube JF, que, além de servirem ao aspecto culinário e de lazer, oferecem apresentações de músicos e bandas locais.

Segundo Censo (estimativa de 2016), a cidade de Juiz de Fora possui 559.636 habitantes, sendo a quarta mais populosa do estado de Minas Gerais. Configurando-se como uma cidade de médio porte, é possível identificá-la como centro comercial para outros municípios da região, com oferta de serviços e de lazer diversificados (teatros, cinemas, ecoturismo). Vale destacar, ainda, a presença da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como um importante centro difusor de ciência, tecnologia e cultura para a cidade.

A cidade de Juiz de Fora apresenta um IDHM no valor de 0,778, considerado alto para as cidades, sendo inclusive superior ao do estado de Minas Gerais (0,731). Sua população é majoritariamente ativa, com 368.110 indivíduos na faixa etária entre 15 e 64 anos de idade. Aproximadamente 1/5 de sua população total (131.920) é de jovens entre 15 e 29 anos de idade.

A presença de jovens na cidade estimula a ampliação de programas culturais e de atividades de lazer e entretenimento. Nesse sentido, observa-se um expressivo potencial

musical na cidade por meio de eventos internacionais de música e da existência de espaços que possibilitem a apresentação de músicos locais.

Contudo, conforme descrito na Tabela 1, a oferta de espaços de apresentação musical é menor que a de espaços públicos culturais. Nesse sentido, o fomento à atividade musical dos moradores de Juiz de Fora quase sempre é realizado por empreendimentos privados, como restaurantes, bares, casas de espetáculos e *pubs*. Apenas um incentivo à musicalidade é feito a nível público, o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, sendo o Centro Cultural Pró Música da UFJF responsável pela idealização e realização. O evento, além de apresentar orquestras internacionais, oferece oficinas de instrumentos antigos, canto, dança barroca e educação musical.

O audiovisual também é uma vertente artística potencializada na região. A cidade recebe anualmente o Primeiro Plano – Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades, que reúne estudantes de todo o Brasil e oferece oficinas de documentário, edição e luz cinematográfica gratuitamente.

Apesar desses dois grandes eventos, Cassab *et. al.*<sup>17</sup> concluíram que atrações culturais de entretenimento e lazer oferecidas à juventude juiz-forana são limitadas ao entorno da região central de Juiz de Fora. E, majoritariamente, estão atreladas à lógica de consumo, em que a sociabilidade dos grupos é mediada por shoppings, bares e casas de show. Desse modo, o critério de uso desses espaços para entretenimento e lazer estaria regulado pelo poder aquisitivo e não unicamente pelo interesse.

De um modo geral, nota-se certo descompasso na condução da agenda cultural da cidade, que apresenta um expressivo potencial artístico e cultural. Uma possível alternativa seria a criação de um circuito cultural que poderia servir como um condutor para as atividades, ocorrendo de maneira integrada entre os centros e casas de cultura e garantindo o pleno uso destas instalações, inclusive sua divulgação para a população.

Tal medida poderia contribuir para uma maior apropriação dos usuários destes espaços, ensejando a participação e o controle social, por meio de políticas públicas que propiciem o empoderamento desses usuários e a sua participação na definição de possíveis usos dos equipamentos culturais do município.

Entende-se que a participação da sociedade civil nas decisões relativas à cultura é primordial para o reconhecimento da população nos espaços disponibilizados e, evidentemente, no sucesso dos empreendimentos destinados a esse fim. Neste sentido, notam-se estruturas

---

<sup>17</sup> CASSAB, Clarice; TOLEDO, Juliana; FERREIR, Katia. *Juventudes e lazer na cidade de Juiz de Fora*.

públicas já existentes e que, se incentivadas, podem servir como dispositivos de ampliação desse reconhecimento por parte da população juiz-forana.

É o caso do Conselho Municipal de Cultura de Juiz de Fora (CONCULT) e do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio. Esses dois órgãos são constituídos também por membros da sociedade civil que conjuntamente deliberam sobre as ações culturais das instituições, zelando pela garantia do uso/finalidade do patrimônio cultural.

Dar força a estes conselhos significa, em última instância, publicizar a definição da agenda cultural do município de Juiz de Fora. Reconhecer os desejos e necessidades da sociedade juiz-forana, por meio da criação de programas culturais e da readequação dos espaços existentes, é garantir o pleno uso dos equipamentos públicos.

Compreende-se, então, que, apesar das limitações definidas por Alfredo Ferreira Lage, a plena integração da Villa Ferreira Lage à agenda cultural municipal abriria caminho para sua apropriação pelos locais. Tal integração poderia prever as potencialidades múltiplas de arte e cultura existentes no território.

A exemplo disso, espaços da casa poderiam ser utilizados como centros de formação social e cultural e também de usufruto e maior permanência. Atentando para as especificidades da residência e para as limitações de usos, expressas no já mencionado documento de doação, seriam privilegiados os espaços que possuíssem menor carga decorativa, simbólica e histórica.

Por este caminho, observando a planta do subsolo da residência, notam-se cinco salas que poderiam ser transformadas em oficinas-escola para atividades de restauro, técnicas construtivas e de conservação da arquitetura secular. A copa/cozinha poderia servir de espaço para uso da iniciativa privada, instalando-se ali um café ou restaurante e garantindo a maior permanência dos usuários do espaço, tal como ocorria na Casa Daros, no Rio de Janeiro. Usando ainda o exemplo da Casa Daros<sup>18</sup>, pode-se dizer que a própria arquitetura do porão da instituição assemelha-se à tipologia do porão da Villa Ferreira Lage, em arcos.

O desenho da paisagem poderia continuar sendo utilizado para apresentações musicais e festivais, como ocorria entre os anos de 2010 e 2016, através dos projetos Música no Parque (2010-2016) e Vi Jazz (2013-2016). Salientando o fato de que a ambientação de uma casa histórica rodeada por uma densa área verde pode, sim, servir como dispositivo cultural. Neste entendimento, o próprio Parque Mariano Procópio poderia cooperar nessas reutilizações,

---

<sup>18</sup> A Casa Daros era um centro cultural que ocupava um casarão neoclássico do século XIX, localizado no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. A instituição encerrou suas atividades em dezembro de 2016.

garantindo o pleno uso por meio do incremento das atividades de trilhas ecológicas (que já ocorrem no local), *slackline*, *campings*, jogos coletivos, entre outros.

## CONCLUSÃO

Considera-se, então, que tais apropriações do espaço funcionam como estratégias para ocupação e preenchimento. As pessoas precisam se ocupar na cidade e da cidade; os indivíduos necessitam preencher seus momentos de ócio. O quantitativo populacional emergente do município demanda por espaços de fruição, entretenimento e lazer.

Por meio do rico arsenal cultural existente no território, problemas como mobilidade na região central de Juiz de Fora, aumento do grau de poluição e sobreposição de fluxos poderiam ser reduzidos. Os equipamentos públicos culturais disponíveis, então, favoreceriam a sustentabilidade, incrementando práticas esportivas em seus terrenos e incentivando a permanência dos usuários em suas áreas, por meio de programas educativos. O museu, nesse entendimento, abarcaria o sentido de ocupação e de transitoriedade, garantindo a diversificação dos usos nos momentos em que os usuários estivessem em seus territórios. Esta mesma estratégia poderia ser utilizada em outros museus-casa, de forma a garantir a possibilidade de ressignificação destes espaços, assim como sua conservação.

Desse modo, as instâncias responsáveis pela administração dos museus teriam menor dificuldade no gerenciamento, uma vez que, por meio dos novos usos, um público maior visitaria esses espaços e, conseqüentemente, valorizaria e preservaria o patrimônio edificado.

Essa reapropriação vai de encontro com a dificuldade encontrada pelos proprietários dessas residências em mantê-las, devido ao alto custo de suas reformas e as exigências das instituições de preservação patrimonial. Tais exigências, na maioria dos casos, dizem respeito à preservação das fachadas, detalhamentos e divisões, o que gera altas despesas para contratação de equipe especializada para as posteriores modificações.

## REFERÊNCIAS

A CASA Senhorial: anatomia dos interiores. Disponível em: <<http://acasasenhorial.org/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 09 dez. 2016.

CASSAB, Clarice; TOLEDO, Juliana; FERREIR, Katia. *Juventudes e lazer na cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

COSTA, Carina Martins. *Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. *Comemorar no “ninho de relíquias”*: ações memoriais no Museu Mariano Procópio (1944-1980). *Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil online*, n. 1, 2014.

DOHMANN, Marcus. *Coleções de objetos: memória tangível da cultura material*. In: CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia Gomes. *Coleções de arte: formação, exibição, ensino*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015. p. 81-92.

FASOLATO, Valéria Mendes. *As representações de infância na pintura de Maria Pardos*. Juiz de Fora, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

FERRAZ, Rosane Carmanini. Colecionismo e a formação da coleção de fotografias oitocentistas no acervo do Museu Mariano Procópio-Juiz de Fora (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM e ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, IV. e I., 2013, Londrina. *Anais...* Londrina, 2013. p. 2.868-2.882.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. *Anais Museu Mariano Procópio*. Juiz de Fora: Fundação Museu Mariano Procópio, 2014.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

KLUMB, Henrique. *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Photographia Klumb, 1872.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Ata da 80ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. IPHAN. Brasília, 17 set. 2015.

SAFRA. *Museu Mariano Procópio*. São Paulo: Banco Safra, 2006.

STEPHAN, Lina Malta. *Análise das intervenções arquitetônicas nos imóveis tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora-MG*. Juiz de Fora, 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

VALE, Vanda Arantes. *Pintura Brasileira no século XIX*. [Juiz de Fora]: Museu Mariano Procópio. 2002.

VILLA FERREIRA LAGE. In: *A Casa Senhorial: anatomia dos interiores*. Disponível em: <<http://acasasenhorial.org/index.php/casas-senhoriais/pesquisa-avancada/39-fichas/596-villa-ferreira-lage>>. Acesso em 10/06/2016.

## O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho

Martina Benassi<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Desenvolvido no Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), este projeto teve início em agosto de 2015. Seu objetivo foi a análise da constituição do acervo de Antonio Gontijo de Carvalho, ou seja, dos documentos que foram produzidos e acumulados ao longo da vida de seu produtor.

Um indivíduo geralmente mantém documentos pelas mesmas razões que faz uma organização – para atender às necessidades de prestação de contas, provas e memória. Documentos pessoais são criados a partir das mesmas necessidades de capturar transações e atividades, servem a funções jurídicas e administrativas, e proporcionam uma base para a memória. Mantemos documentos para criar nossa própria evidência de trabalho fundamental, para nos proteger, e para fornecer uma espécie de memória corporativa de casa, trabalho e família.<sup>2</sup>

No tratamento dos documentos que constituem os arquivos e coleções pessoais, encontramos registros que informam a relação do indivíduo com o Estado e com a sociedade de modo geral. O acervo de Gontijo de Carvalho preserva informações dos anos de 1930 até meados de 1970, no cenário brasileiro, essencialmente de sua vida pessoal e pública, seus *hobbies*, interesses e atividades profissionais. Segundo Catherine Hobbs,<sup>3</sup> os arquivos pessoais são fragmentos da vida e dos relacionamentos, representados na forma documental, ou seja, são reflexos sociais desenvolvidos conforme a necessidade de provar e garantir direitos.

A documentação foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) pelo filho do titular, Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho, no dia 09 de dezembro de 1992, juntamente com

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquivologia pela Uni-Rio e bolsista no projeto “O acervo de Antonio Gontijo de Carvalho”, sob orientação de Leila Estephano de Moura.

<sup>2</sup> COX, Richard J. The record in the manuscript collection, p. 46-67.

<sup>3</sup> HOBBS, Catherine. The character of personal archives.

um dossiê<sup>4</sup> que auxiliou a compreender determinados aspectos da vida de Gontijo. É importante observar que o modo de entrada dos conjuntos documentais nas instituições de guarda e as intervenções sofridas pelo acervo até a sua disponibilização ao público são elementos característicos e inerentes à sua trajetória.

Nesse sentido, o projeto se insere no estudo da Arquivologia, abrangendo as etapas de identificação, organização e descrição dos arquivos pessoais, com o objetivo de divulgar e possibilitar o acesso por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa e inserção das informações na base de dados da FCRB.

## SOBRE ANTONIO GONTIJO DE CARVALHO

Nascido em Uberaba/MG, no dia 29 de julho de 1898, Gontijo era filho dos fazendeiros e criadores de gado Tobias de Carvalho e Francisca Gontijo de Carvalho. Um de seus irmãos é Joubert de Carvalho – famoso compositor brasileiro.

Aos 14 anos, mudou-se com sua família para São Paulo, fazendo seu curso secundário no Ginásio São Bento. De 1919 a 1923, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. Promoveu a ida do genro de Rui Barbosa, Antônio Batista Pereira, a São Paulo para a realização de uma conferência sobre "Rui Estudante". Foi um dos três bacharelados selecionados por Aguinaldo de Melo Junqueira para representar a Faculdade de Direito de São Paulo no funeral de Rui Barbosa, que ocorreu no dia 1ª de março de 1923. Em 1935, Antonio escreveu o prefácio e organizou o tomo 1 do primeiro volume das Obras Completas de Rui Barbosa: *Primeiros trabalhos* (que abrange os anos de 1865 até 1871). Em 1949, publicou a separata do prefácio para este tomo, intitulada “Rui estudante”.

Após graduar-se, Gontijo exerceu as funções de Oficial de Gabinete da Secretaria de Agricultura de São Paulo (1927-1930) e do Ministério da Agricultura (1937-1939), foi Subchefe e Chefe da Casa Civil do Governo de São Paulo (1939), Secretário Geral do Departamento Técnico do Café (1936), Secretário da Sociedade Brasileira de Estudos Econômicos, membro do Departamento Administrativo de São Paulo (1939-1941) e da Comissão dos Negócios Estaduais (1941-1944), participou como redator do jornal *Correio Paulistano* e foi Diretor da revista *Digesto Econômico* (1947-1973) – ambos sendo órgãos da

---

<sup>4</sup> Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto); constitui uma unidade de arquivamento. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgcon/degea/dicionario-arquivistico>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

Associação Comercial de São Paulo. Também foi membro do Conselho técnico de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio de São Paulo, consultor especial do Prefeito de São Paulo e do Secretário de Transportes do Estado, além de integrar o Conselho Consultivo da Casa de Rui Barbosa.

Como escritor, Gontijo publicou os seguintes livros: *Calógeras – Brasileira* – volume 44 – Companhia Editora Nacional – 1935; *Vultos da República* – Revista dos Tribunais – 1936; *Homens e cousas do Brasil*, Revista dos Tribunais, 1937; *Estadistas da República*, 1º volume, Revista dos Tribunais, 1940; *Rui estudante*, Casa de Rui Barbosa, 1949; *Ensaio biográfico*, 1951; *Raul Fernandes, um servidor do Brasil*, Livraria Agir, 1956; *Um ministério visto por dentro*, Livraria José Olympio, 1959; *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*, Artenova, 1968; *Milton Campos: testemunhas e ensinamentos*, José Olympio, 1972 e *Reminiscências e perfis*, Siqueira.

Gontijo também prefaciou obras de Rui Barbosa, Epiácio Pessoa, Afonso Pena Junior, Santiago Dantas, Milton Campos, Altino Arantes, Soares de Melo, Afonso Arinos de Melo Franco, Dario de Almeida Magalhães, Luís Cintra Prado, Pelágio Lobo, Ernesto Leme, João de Scantimburgo e Daniel Machado de Campos. Além disso, elaborou dezenas de pareceres como membro do Departamento Administrativo de São Paulo e da Comissão de Negócios Estaduais, muitos deles sendo republicados nas páginas da revista *Digesto Econômico* – assim como inúmeras conferências e discursos.

Ainda organizou, juntamente com Roberto Simonsen e Djalma Guimarães, após a morte de João Pandiá Calógeras, a Fundação Calógeras para divulgação de seus trabalhos e ensinamentos, tendo promovido a polianteia “Calógeras na opinião de seus contemporâneos”.

Após o falecimento de Calógeras, Gontijo herdou todo seu arquivo histórico. Ademais, promoveu, com o apoio de Assis Chateaubriand, o batismo do avião “Pandiá Calógeras”, na cidade de Uberaba, em maio de 1941. O evento teve repercussão considerável na época e contou com a presença de ilustres homens públicos, entre eles o Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho.

Gontijo foi casado com Clery Ferraz de Carvalho, tendo apenas um filho – Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho, que se casou com Evangelina Junqueira Netto Gontijo de Carvalho. Faleceu em São Paulo, no dia 4 de agosto de 1973.

## METODOLOGIA

A primeira etapa do projeto consistiu na realização de um levantamento bibliográfico relacionado à área da Arquivologia, com foco em arquivos pessoais, sua organização e descrição. Ao mesmo tempo, foi realizada uma pesquisa referente à biografia de Antonio Gontijo de Carvalho. O estudo biográfico compreende a trajetória profissional, as funções e cargos exercidos e as interações familiares e sociais no decorrer da vida do titular do acervo. Ao finalizar essas etapas, foi possível a definição do quadro de arranjo<sup>5</sup> posteriormente.

Paralelamente, foi realizada a análise preliminar do acervo, que consistiu no levantamento e registro de informações relativas ao conteúdo e aos aspectos físicos do conjunto documental. Foram observados o estado de preservação dos documentos, o arranjo do conjunto documental, a identificação e a quantificação do acervo. Essa etapa, além de auxiliar sua organização, serviu como base para o desenvolvimento do projeto.

Seguindo essa premissa, foi elaborado um roteiro para que os procedimentos seguintes pudessem ser padronizados. Este documento oferece uma relação sumária do acervo, apontando as espécies e tipos documentais encontrados, além de informações básicas, como seu estado de preservação e onde e de que maneira estavam acondicionados.

Cumprida a etapa de diagnóstico e identificação dos tipos documentais do acervo, foi dado início ao tratamento técnico. A leitura dos conjuntos documentais na segunda etapa do projeto possibilitou a identificação dos missivistas, do período do acervo, das atividades e funções exercidas por Gontijo. Essa atividade viabilizou a preparação de um esboço da organização intelectual da documentação. As espécies documentais mais recorrentes eram: recortes de jornais, correspondências, cartões de visita, cadernos, cartões postais, artigos, convites, telegramas e notas de estudo.

Dessa forma, foi possível perceber o contexto da produção da documentação, considerando que a identificação de um arquivo pessoal permite a verificação de como o arquivo se relaciona à trajetória de seu produtor. Essa fase do projeto exigiu conhecimento sobre a biografia de Antonio Gontijo de Carvalho, para que fosse possível extrair o máximo de informações que amparassem a fase da organização intelectual do acervo. O estudo biográfico

---

<sup>5</sup> Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes. Disponível em: <<http://www.arquivos.uff.br/index.php/glossario-de-terminologia-arquivistica>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

sistematizado em ordem cronológica na primeira etapa foi de grande utilidade, visto que auxiliou na análise do conteúdo dos documentos e na compreensão das relações entre eles.

Na fase seguinte, iniciamos o acondicionamento físico do acervo. Foi utilizado papel salto neutro em formato de *folders* para que os documentos pudessem ser abrigados e posteriormente incluídos nas pastas suspensas. Esse procedimento visa à preservação do acervo arquivístico, que possui aproximadamente 2,5 metros lineares.

Analisando as leituras realizadas nos documentos do acervo e com o apoio do material bibliográfico, conseguimos elaborar o quadro de arranjo da documentação, orientados pela abordagem contextual de produção. Foram criadas categorias relativas às funções e atividades para as quais os documentos foram produzidos/acumulados pelo produtor do arquivo no decorrer de sua vida. Dessa forma, identificamos 5 séries<sup>6</sup>: Vida pessoal, Trajetória profissional, Formação acadêmica, Pesquisa e Documentação avulsa.

A série “Vida pessoal” (BR FCRB AGC VP)<sup>7</sup> corresponde às atividades que envolvem interesses políticos, homenagens recebidas, relações familiares, sociais, culturais e associativas, propriedades pessoais e administração doméstica de Antonio Gontijo de Carvalho, abarcando o período de 1922 a 1973.

Possui aproximadamente 1470 documentos, como título de eleitor, carteirinha da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Caderneta da Caixa Econômica Federal, fotografias, correspondências, exame médico, contracheque, carteirinha de seguro de vida da Ordem dos Advogados do Brasil, documentos financeiros, telegramas, escrituras de venda de propriedade, cartões de visita, cartões postais, certificados, recorte de jornal e convites de casamento. Destacam-se os assuntos: advocacia, conferências, propriedades, assuntos familiares, livros, criação de gado, agradecimentos, elogios, felicitações de aniversário, pêssames, casamento, sociedade rural do triângulo mineiro, política, escrituras, prêmio Pandiá Calógeras, biografias escritas por Gontijo, dentre outros.

A partir disso, oito subséries<sup>8</sup> foram desenvolvidas: correspondentes eventuais, Interesses políticos, Documentação pessoal, Propriedades, Títulos e homenagens, Baptista Pereira, Dario de Almeida Magalhães e Raul Fernandes. Estas três últimas precisaram ser criadas em vista da quantidade de correspondências remetidas por Baptista, Dario e Raul.

---

<sup>6</sup> Os documentos foram organizados de acordo com um sistema de arquivamento por resultarem de uma mesma atividade.

<sup>7</sup> Código referente à notação. Permite a identificação da unidade de arquivamento e facilita a localização no depósito.

<sup>8</sup> Referente à subdivisão da série.

A série “Vida profissional” (BR FCRB AGC VPR) diz respeito aos diversos cargos exercidos por Gontijo e ao reconhecimento de sua contribuição social e cultural. Possui o total de 1.307 documentos que abarcam o período que vai de 1827 a 1972.

Os documentos encontrados variam entre memorando, telegramas, correspondências, cartões de visita, recibo, artigos, discursos, revista, certificado, documentos financeiros, rascunho de publicação, decreto executivo, circular, caderno de pareceres. Destacam-se os assuntos: felicitações por nomeação para cargo, indicação de terceiros para cargos, Instituto do Café, agradecimentos, figuras públicas, envio de artigos, discursos e outros trabalhos para serem publicados na revista *Digesto Econômico*, além de elogios a Gontijo e à revista, sugestões, pedido de exemplares e favores, críticas, revisão de artigos, eleição de Brasília Machado à presidência da Associação Comercial, transferência de diretoria, pedidos e honorários referentes a casos judiciais, Ordem dos Advogados do Brasil, eleição de Gontijo para membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, desapropriação do Banco Hipotecário.

Após a identificação dos assuntos, 11 subséries foram criadas: Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, Casa Civil, Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais de São Paulo, Federação do Comércio, Associação Comercial, Secretaria de Transportes, Fundação Pandiá Calógeras, Conselho Consultivo da Casa de Rui Barbosa e Causas jurídicas.

A série “Formação Acadêmica” (BR FCRB AGC FA) apresenta 20 documentos acumulados por Antonio Gontijo de Carvalho como estudante do Colégio São Bento e da Faculdade de Direito de São Paulo, abrangendo o período que vai de 1895 a 1947.

Dentre os documentos encontrados, há listas, programa de ensino, revistas e correspondências. Destacam-se a lista de estudantes matriculados nas aulas da Faculdade de Direito de São Paulo nos anos de 1895 a 1898, programa de ensino para o ano de 1896, revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, revisão de livro, saída de Gontijo e amigos da Liga Nacional depois de incidente, presidência do Centro Acadêmico XI de Agosto<sup>9</sup>, assuntos da faculdade, conferências, discurso de Gontijo na Associação de ex-alunos do Colégio São Bento e outros.

---

<sup>9</sup> O Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade estudantil mais antiga e tradicional do País. Fundado em 1903, é um órgão representativo dos alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O XI de Agosto mostra-se um centro propagador de ideais republicanos e de igualdade, concretizados, por exemplo, nas Escolas Proletárias do XI de Agosto e na resistência incansável à ditadura de Vargas. Berço de líderes políticos, juristas e literatos, pelo XI passaram vultos como Monteiro Lobato, Jânio Quadros, Washington Luiz, Ulisses Guimarães, Aloysio Nunes Ferreira Filho, Plínio de Arruda Sampaio, Dalmo de Abreu Dalari, Miguel Reale, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Antonio Candido e Júlio Mesquita Filho. Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/faculdade/caxi08\\_01.php](http://www.direito.usp.br/faculdade/caxi08_01.php)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

A série “Pesquisa” (BR FCRB AGC P) abarca as atividades de pesquisa associadas ao desenvolvimento de biografias e outros assuntos do interesse de Gontijo. A série é composta por 625 documentos do período de 1827 a 1972.

Dentre os documentos encontrados, há originais de livros, artigos, correspondências, cartões de visita, telegramas, resenhas, transcrições, cópias, discursos, poema, notas, recortes de jornal, revista, relatório, lista, biografias, anotações, fichas, decreto. Destacam-se: elogios, críticas, colaborações, resumos, sugestões e agradecimentos relativos às obras escritas por Antonio Gontijo de Carvalho, cartas de Baptista Pereira, notas de estudo de Gontijo, trajetória política de homens públicos, documentos e recortes de jornal sobre Raul Fernandes, recortes de jornal sobre David Campista, trechos de diário de Antonio Batista Pereira, além de original do livro “Estudos e Evocações”, no qual estão reproduzidos os discursos, conferências e os artigos transcritos na revista *Digesto Econômico* e o original datilografado e manuscrito de “Uma conspiração contra a inteligência – Vida e obra de David Campista”, do ano de 1968. Suas subséries são: Material de estudo, Correspondências e Originais de livros.

A Série “Documentação avulsa” (BR FCRB AGC DA) contém 36 documentos dos anos de 1935 a 1971 que não se encaixaram nas demais séries. Constitui-se de notas, cartões, convites, envelopes, cartas, contratos e lista. Destacam-se: endereços, telefones, lista com nomes de ministros, anotações, gravuras, página de revista, santinho, relação de sócios da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, textos, correspondências com diversos remetentes e destinatários, cópia de projeto de constituição do Estado de Minas Gerais, Conferência realizada por Gontijo sobre Rui Barbosa, Comissão Pró-Festejos Comemorativos do Primeiro Centenário do Nascimento de Rui Barbosa, Comemoração do aniversário do Embaixador Raul Fernandes.

Após as séries serem criadas, foi possível dar início à etapa de descrição do acervo. De acordo com Lígia Café e Marisa Brascher,<sup>10</sup> a organização da informação é um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Com foco no contexto arquivístico, a metodologia adotada compreendeu a necessidade de se elaborar instrumentos de recuperação da informação para o usuário. Segundo Luciana Duranti,<sup>11</sup> o termo "descrição arquivística" significa escrever sobre materiais de arquivo e abrange as ideias de representação, identificação e organização do acervo. Nesse

---

<sup>10</sup> CAFÉ, Lígia; BRASCHER, Marisa. Organização da informação ou organização do conhecimento? p. 5.

<sup>11</sup> DURANTI, Luciana. *Origin and development of the concept of archival description*, p. 47.

sentido, a descrição permite uma maior compreensão do arquivo a partir dos resultados da análise comparativa entre a cronologia do produtor do acervo, sua biografia e os documentos que foram preservados.

Para realizar a descrição do acervo de Antonio Gontijo de Carvalho, o instrumento utilizado foi o METADADOS. Este instrumento analisa cada campo de entrada de dados nas bases de informações arquivística, bibliográfica e museológica e em seus respectivos subcampos. Tem como objetivo descrever o conteúdo dos campos utilizados nas planilhas sobre o acervo arquivístico, no contexto de suas respectivas bases. São quatro as bases de dados utilizadas pelo Arquivo da FCRB: Base Guia, Base Fundo, Base APES e Base AFCRB, que estão explicitadas neste documento.<sup>12</sup>

A Base Guia é uma base comum aos três tipos de acervos da FCRB – arquivístico, bibliográfico e museológico – e tem o objetivo principal de apresentar ao público os arquivos e coleções sob a guarda da instituição. Nesta base, no caso dos documentos arquivísticos, o usuário terá acesso às informações genéricas sobre cada fundo e/ou coleção arquivística, seu titular, forma de aquisição, procedência, estágio de tratamento, bem como tomará conhecimento de regras sobre as formas de acesso e de reprodução. A Base Fundo é adotada apenas para o acervo arquivístico e visa a espelhar a relação hierárquica entre as unidades de descrição, identificar a organização intelectual dos documentos e evitar erros de digitação referentes à sequência de arranjo dos fundos/coleção. Esta base é alimentada uma única vez e, portanto, não está contemplada neste Metadados. A Base APES discorre sobre as unidades de descrição que refletem os arquivos privados pessoais e familiares sob custódia do Arquivo. A Base AFCRB discorre sobre as unidades de descrição que traduzem as ações e informações da FCRB.

## ATIVIDADES

As atividades envolvidas que possibilitaram a preservação e difusão do acervo foram: levantamento bibliográfico de Antonio Gontijo de Carvalho, análise da documentação doada, organização física do acervo, leitura dos documentos, inserção dos documentos nos conjuntos por assuntos, acondicionamento da documentação em *folders* de papel salto neutro dentro de pastas suspensas, elaboração de instrumento de pesquisa, descrição do acervo e inserção das informações na base de dados da FCRB.

---

<sup>12</sup> Ver anexos 2 e 3.

Cumpridas todas as atividades propostas no projeto, finalmente realizamos uma checagem das fases anteriores, a fim de efetivar a inserção das informações em ambiente eletrônico, isto é, nas bases de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto envolveu nas diversas etapas a utilização dos procedimentos arquivísticos, empregados desde o começo do trabalho. Todas as fases que incluíram o levantamento, a identificação, a organização e a descrição arquivística foram geridas por normas e procedimentos intrínsecas da área.

Nos arquivos pessoais, a acumulação representa a compreensão dos arquivos em toda sua importância. Entender seu contexto e promover um tratamento adequado possibilita que o acervo alcance um maior número de usuários.

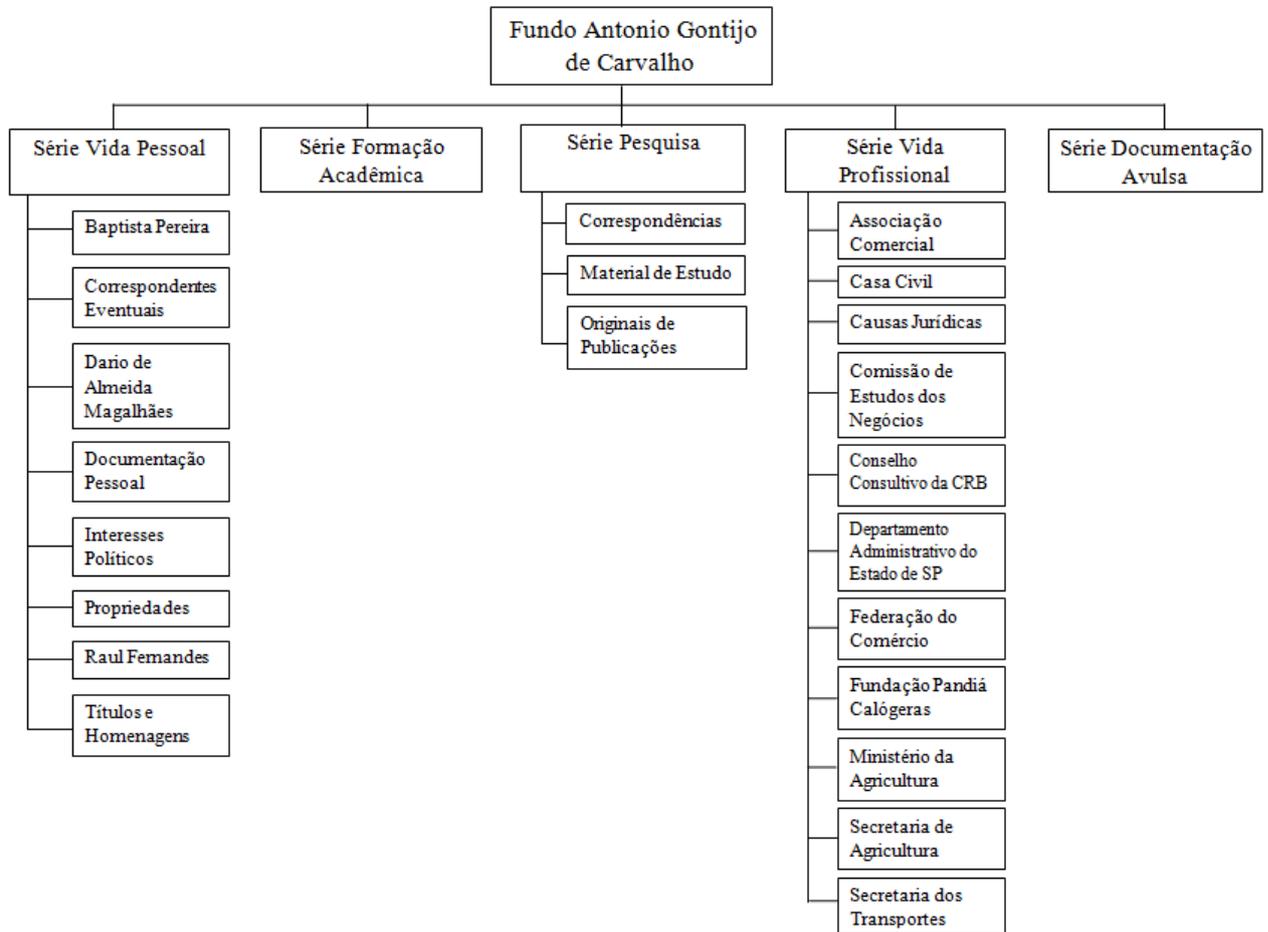
A organização do acervo de Antonio Gontijo de Carvalho reflete uma preocupação com a preservação de sua memória. Além de seus documentos possibilitarem a construção do conhecimento histórico, sua ordenação é substancial na busca e recuperação da informação contida neste arquivo.

Nesse sentido, considerando a importância social de um arquivo pessoal para recuperação da memória e desenvolvimento de pesquisas, é imprescindível todo o processo que vai de sua guarda e organização à preservação, a fim de que o acesso possa ser dado aos usuários e o acervo possa colaborar com o desenvolvimento da cultura na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL, *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. Lei n. 8159 de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I.
- CAFÉ, Ligia; BRASCHER, Marisa. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 9. ed. São Paulo: ANCIB/USP, 2008. p. 5.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-Núcleo São Paulo, 1996.
- COX, Richard J. The record in the manuscript collection. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, 1996, p.46-61.
- DURANTI, Luciana. *Origin and development of the concept of archival description*. *Archivaria*, Ottawa, v. 35, p. 47-54, 1993.
- HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Ontário (CA), v. 52. p. 126-127, 2001. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira Rebello de. *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

## ANEXO 1 – QUADRO DE ARRANJOS



## ANEXO 1 – BASE GUIA

**Código da Instituição:** BR FCRB

**Fundo/Coleção:** Antonio Gontijo de Carvalho

**Data-Limite:** 07-02-1827 a 16-03-1973

**Setor detentor:** Arquivo

**Dimensão e suporte:** Aproximadamente 2,5 metros lineares; 3458 documentos textuais; 3 fotografias

**Sistema de arranjo:** Organização por atividade

**Notas gerais:** O arquivo é composto por documentos manuscritos, impressos e datilografados

**Condições de acesso:** Acesso livre

**Âmbito e conteúdo:**

**Outras formas físicas:** Minutas de publicações, revistas, recortes de jornais

**Notas biográficas e administrativas:**

**Procedência:** O fundo Antonio Gontijo de Carvalho foi doado à Fundação Casa de Rui Barbosa por Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho, no dia 09 de dezembro de 1992, juntamente com um dossiê que revela alguns aspectos da vida de Antonio.

**Estágio de tratamento:** Organizado

**Assunto tópicos:** Política, Homenagens, Títulos, Advocacia, Biografias, Revolução de 1932, União Democrática Nacional, Partido Republicano, Noivado, Propriedades, Golpe Militar, Calogeriana, Polianteia, Centro Acadêmico XI de Agosto, Conferências

**Assunto geográfico:** Uberaba (Minas Gerais), São Paulo, Rio de Janeiro

**Assunto Pessoa Física:** Dario de Almeida Magalhães, Raul Fernandes, Baptista Pereira, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Rui Barbosa, David Campista, Pandiá Calógeras, Francisco Campos, Fernando Costa, Afonso Penna, Gustavo Capanema, Campos Salles, Arthur Bernardes, Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Monteiro de Barros

**Assunto Pessoa Jurídica:** Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, Casa Civil, Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais de São Paulo, Federação do Comércio, Associação Comercial, Digesto Econômico, Fundação Pandiá Calógeras, Casa de Rui Barbosa, Secretaria de transportes, Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Rural de Uberaba, Banco do Brasil, Academia Brasileira de Letras, Sociedade Rural do Triângulo Mineiro,

Instituto do Açúcar, União Cultural Brasileira, Faculdade de Direito de São Paulo, Ministério das Relações Exteriores, Jockey Club, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Instituto do Café, Correio Paulistano, Correio do Amanhã, Instituto dos Advogados de São Paulo, Arquivo Público Mineiro, Corte Internacional de Haia, Colégio São Bento

**Assunto Evento:** Batismo do avião “Pandiá Calógeras”, Comissão Pró-Festejos Comemorativos do Primeiro Centenário do Nascimento de Rui Barbosa, Comemoração do aniversário do Embaixador Raul Fernandes, Prêmio Pandiá Calógeras, Entrega da Medalha Rui Barbosa

## ANEXO 1 – METADADOS – DESCRITIVA

### Exemplo: Série Documentação Avulsa

040= \_\_|a BR FCRB

091= \_\_|a Documentos textuais de arquivo

b Correspondências; Diversos

091= \_\_|a Documentos especiais de arquivo

b Fotografia

092= \_\_|a AGC |b AGC VP DA |c Pasta suspensa |d 1935 a 04-11-1971 |e Série

094= \_\_|a AGC |b AGC VP DA |d 1935 a 04-11-1971 |e Série

245= \_\_|a Documentação Avulsa

300= \_\_|a 35 documentos textuais

b manuscrito, b datilografado

300= \_\_|a 1 fotografia

b p e b

c 10 x 15cm

500= \_\_|a Documentos que não se encaixaram nas demais séries

520= \_\_|a Série composta por 36 documentos textuais acumulados por Antonio Gontijo de Carvalho, do período que vai de 1935 a 04-11-1971. A série constitui-se de tipos documentais distintos, destacando-se: Endereços, telefones, lista com nomes de ministros, anotações, gravuras, página de revista, santinho, relação de sócios da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, textos, cartas com diversos remetentes e destinatários, cópia de projeto de constituição do Estado de Minas Gerais, contrato entre livraria e Afonso Pena Junior, projeto de lei, Conferência realizada por Gontijo sobre Rui Barbosa, nomeação de Gontijo para a Comissão de Negócios Estaduais, Comissão Pró-Festejos Comemorativos do Primeiro Centenário do Nascimento de Rui Barbosa, Comemoração do aniversário do Embaixador Raul Fernandes.

541= \_\_|a Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho

c Doação

d 09-12-1992

546= \_\_|a Português

581= \_\_|a Dossiê doado à FCRB por Sergio Ferraz Gontijo de Carvalho em 1992

581= \_\_|a 5-7-1-1 Acervo Arquivístico. Doação.

592= \_\_|^a Bom

592= \_\_|^a Médio

592= \_\_|^a Ruim

852= \_\_|^a Arquivo

990= \_\_|^a Martina Benassi |^b 30-03-2017

991= \_\_|^a Martina Benassi |^b 30-03-2017

## O vocábulo "canhanbola": dimensões da linguagem no estudo sobre a escravidão

Rafaela Vasconcelos da Silva<sup>1</sup>

Este trabalho é resultado de uma seleção de diversas reflexões compartilhadas ao longo de um ano dedicado ao projeto “História social das línguas africanas no Brasil”, coordenado pela pesquisadora Ivana Stolze Lima. Nesta fase, a pesquisa foi desenvolvida em torno da *Obra Nova da Língua Geral de Mina*. Uma primeira versão do documento manuscrito data de 1731, e em 1741, temos uma segunda versão ampliada. Por iniciativa do bibliotecário Luís da Silveira, foram publicadas duas edições impressas pelo selo da Agência Geral das Colônias – Lisboa: uma de 1944 a partir do manuscrito de 1741, e outra de 1945 que inclui informações do manuscrito de 1731.

Escrito nos arredores de Vila Rica pelo português Antônio da Costa Peixoto, o documento é um vocabulário e manual de conversação, que traz colocações na língua mina transpostas para o português. Partindo do ensaio realizado por Araújo,<sup>2</sup> buscamos mais informações sobre a trajetória de Peixoto em conjuntos documentais mineiros. Natural da freguesia São Pedro de Torrados no extremo norte de Portugal, o autor migrou jovem para as Minas e boa parte dos registros disponíveis sobre a sua vida estão ligados ao fato de ter ocupado cargos públicos. Tendo se estabelecido como escrivão e juiz de vintena na administração colonial transitou pelas freguesias de São Bartolomeu, Santo Antônio da Casa Branca e Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo, nas imediações de Vila Rica. Faleceu em 1763, solteiro, sem deixar grandes posses e em seu testamento, reconhece quatro mulheres diferentes com quem teve filhos. Conseguimos encontrar algumas pistas examinando o acervo do Arquivo Público Mineiro e, mais especificamente, o fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto.

A obra retrata a utilização, no auge da mineração, de uma língua africana no cenário de intenso fluxo de escravos trazidos da Costa da Mina, onde se reunia uma

---

<sup>1</sup> Graduanda em História na UFF e bolsista no projeto “História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua mina”, sob orientação de Ivana Stolze Lima. Texto revisado por Ivana Stolze Lima.

<sup>2</sup> ARAUJO, Fernando. Fome do ouro e fama da obra.

pluralidade de grupos étnicos. Em resumo, pode-se dizer que essa região está atualmente situada na faixa entre Gana, Togo, Benim e Nigéria, na Costa Ocidental da África. Os “pretos-minas”, designação generalista instituída pelo tráfico atlântico, compreende diversos povos oriundos desse espaço geográfico. É na noção de “grupo de procedência” que Mariza Soares<sup>3</sup> vai buscar a chave para interpretar de que modo os escravos internalizaram e se apropriaram desta identificação no processo de organização em novos grupos sociais no cativeiro nas Américas.

A língua mina retratada no manuscrito foi identificada pelos linguistas como parte do complexo de línguas gbe.<sup>4</sup> Convém sublinhar, que a noção de língua geral enunciada no título aponta para a importância da sua circulação na região e a necessidade de comunicação neste quadro heterogêneo.

A *Obra Nova* se torna cada vez mais interessante conforme buscamos acessar suas camadas, seja pelo retrato da sociedade colonial que apresenta, seja pelo contexto em que foi elaborada. Seu autor era um homem comum e leigo, e o notável esforço empreendido na elaboração do vocabulário passou necessariamente por uma interação próxima com os falantes para que pudesse aprender um pouco dessa língua.

Composta por dedicatória e prólogo ao leitor, o vocabulário conta também com pequenos diálogos e as temáticas variam entre elementos do corpo humano, doenças, alimentação e bebidas, fauna e flora, família, atributos, objetos, crenças, comércio, sistema numérico, escravidão, entre outros. O uso da linguagem coloquial e a espontaneidade presente na escrita são características marcantes, de modo que o vocabulário contém palavras e expressões que poderiam ser consideradas inadequadas para a moral vigente. Em um trecho, o autor cita seis xingamentos na língua mina, e em seguida faz um esclarecimento: “Não declaro em portuguez, por serem palavras menos desentes a nossa pulicia”.<sup>5</sup>

## O REGISTRO DO TERMO CANHANBOLA EM DIFERENTES DOCUMENTOS

---

<sup>3</sup> SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor*, p. 111-118.

<sup>4</sup> Acerca desta questão, destaco o estudo de CASTRO, Y. P. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*.

<sup>5</sup> PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra Nova de Língua Geral de Mina*. 1944, p. 32.

No decorrer do exame documental um aspecto no léxico causou estranhamento, o emprego da palavra canhanbola (*mese sim*, na língua mina) em cinco passagens da *Obra Nova*, conforme o exemplo: “mesesim dáligi – o caminho tem canhanbollas”.

Com a curiosidade instigada, fui mapeando outros documentos históricos e dicionários para verificar a ocorrência do termo, compreender seu significado e situar seu contexto socio-histórico. Esta palavra ou suas variantes, como a mais comum, calhambola, aparecem em diferentes registros, sendo utilizadas popularmente no cotidiano em uma determinada época para designar escravos fugidos que se refugiavam em quilombos ou mocambos.

O primeiro passo foi recorrer à consulta de um conjunto de dicionários. Esses representam importantes instrumentos linguísticos que nos informam sobre os modos de falar de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas, conforme apontam Nunes<sup>6</sup> e Carmo<sup>7</sup>.

Considerado o primeiro dicionário moderno monolíngue, o *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, tem a primeira edição publicada em Lisboa, em 1789 e apresenta na terceira edição de 1823 a seguinte entrada:

CALHAMBOLA, s.c. o escravo, ou escrava, que fugio, e anda amontado, vivendo em quilombos: he termo usado no Brasil. (**De Canhen-bora, paravras da Lingua geral Brasilica**, o fugião, ou costumado a fugir).<sup>8</sup>

Impresso em 1832, na tipografia do próprio autor Luiz Maria da Silva Pinto, em Ouro Preto, o *Diccionario da Língua Brasileira* é considerado o primeiro dicionário publicado no Brasil:

CALHAMBOLA, adj. pen. No Brasil se diz do preto escravo fugido que anda pelo mato em quilombos ou quadrilhas.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional.

<sup>7</sup> CARMO, Laura do. Africanos e descendentes em dicionários.

<sup>8</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, p. 342 (grifo meu).

<sup>9</sup> PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*, p. 186.

Ambos guardam semelhanças, percebemos que aparece a marca diatópica “Brasil”. A palavra quilombola não é mencionada e não tem entrada no restante das obras consultadas.

No *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, de Visconde de Beurepaire-Rohan (Rio de Janeiro, 1889) e no *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, de Bernadino José de Souza (São Paulo, 1939), observamos que as entradas para canhambola e calhambola são tidas como variantes do termo original de etimologia indígena, conforme Moraes Silva já tinha apontado. São portanto diferentes de quilombo e mocambo, vocábulos de origem africana do grupo de línguas banto integrados ao português. A questão pode ser verificada no *Diccionario da Lingua Tupy: A Chamada Língua Geral dos Indígenas*, compilado por Gonçalves Dias como fruto de suas pesquisas linguísticas e publicado em Leipzig, em 1858. Segue a explicação:

Assim em quanto Canhem-bára exprime o que anda fugido ou por acaso, ou por essa vez somente, Canhem-bóra, exprime o fujão, o que tem por costume andar fugido.<sup>10</sup>

Esses dados levantam novas reflexões que contribuem para aproximar a experiência histórica dos fujões “gentios da terra” e os canhanbolas de origem africana, grupos condicionados à margem da sociedade, resistentes ao projeto de dominação dos portugueses e que figuravam como uma grande ameaça aos olhos do poder colonial, e por isso, foram constantemente perseguidos.

A respeito da expressão “língua geral”, é preciso destacar que o termo é aplicado com diferentes acepções entre os linguistas e na documentação histórica. Poderia significar, por exemplo, uma língua amplamente falada. Aqui, compreendemos como uma categoria de línguas de origem indígena que surgiram nos primeiros séculos da colonização como resultado do contato entre portugueses e índios tupi-guarani, e que se tornaram línguas de comunicação interétnica, sendo faladas por índios de outras etnias, portugueses e africanos.<sup>11</sup> Havia a Língua Geral Amazônica (denominada por alguns autores como “Língua Geral Brasília”) que foi falada no norte do país, e a Língua Geral Paulista (também conhecida como “Língua Geral do Sul” ou “Tupi do Sul”), com origem na Capitania de São Vicente. A LGP era uma língua corrente entre os bandeirantes, e

---

<sup>10</sup> DIAS, A. Gonçalves. *Diccionario da lingua tupy*, p. 25.

<sup>11</sup> Acerca do uso do termo “língua geral”, recorri ao trabalho de FREIRE, José Ribamar Bessa. *Nheengatu: a outra língua brasileira*.

através das atividades sertanistas foi levada para os atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná.

Difundidas em grande parte do território, essas línguas foram o principal veículo de comunicação entre a população colonial, até meados do século XVIII, quando o português começa a se consolidar como língua predominante.

Outro aspecto permite pensar nos pontos de contato estabelecidos entre esses grupos sociais na ordem escravista. Em um dos blocos temáticos da *Obra Nova*, Costa Peixoto menciona algumas designações de cor, ascendência e etnias presentes na região, e a palavra carijó é uma das entradas. O etnônimo carijó foi construído no bojo da sociedade colonial e inicialmente atribuído aos guarani, habitantes da região do litoral Sul ao sertão do Sudeste, constantemente apresados nas expedições paulistas. Com o recuo no fornecimento dos guarani, os paulistas passaram a expandir as buscas atingindo uma diversidade maior de grupos. Neste processo, o marcador étnico adquiriu um uso amplo, sendo empregado para identificar o indígena destribalizado e tornado escravo por particulares, não inocentemente, amenizando o impacto de adotar diretamente a palavra “escravo”.<sup>12</sup> Em todo caso, o cruzamento de censos da população cativa, inventários e registros de batismo atestam a presença e escravização dos carijós no início do XVIII em Vila do Carmo, atual município de Mariana.<sup>13</sup>

O estudo da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro<sup>14</sup> aponta ainda que *melandutô*, palavra “mina” correspondente a carijó no vocabulário, significa antropófago, selvagem, insubmisso, sugerindo como eram concebidos no “imaginário mina” e refletindo as ideologias em circulação na sociedade.

Além da presença em todos os dicionários relevantes a que tivemos acesso, mais alguns indícios mostram como o uso do termo ou de suas variantes estavam realmente presentes na fala cotidiana naquele espaço/tempo, como no alvará de 3 de Março de 1741, tipo documental que exprime a vontade régia e cuja estrutura é formal. A marca “vulgar” associada ao vocábulo calhambola é um comentário que denota como seu uso comum está legitimado. É necessário observar que essa lei foi publicada no mesmo ano que a

---

<sup>12</sup> MONTEIRO, John M. A escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial, p. 3

<sup>13</sup> Ver o artigo de VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711- 1725*. O autor calcula a proporção de carijós em relação ao conjunto da população escrava de Minas no século XVIII.

<sup>14</sup> CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil*, p. 113.

segunda versão da *Obra Nova* e seu significativo conteúdo autoriza que juízes e ouvidores possam aplicar sem qualquer processo violentas punições aos escravos aquilombados:

Eu el-rei faço saber aos que este alvará em forma de lei virem que sendo-me presente os insultos que no Brasil cometem os escravos fugidos, **a que vulgarmente chamam calhambolas**, passando a fazer excesso de se juntar em quilombos, e sendo preciso acudir com os remédios que evitem esta desordem [...].<sup>15</sup>

Este trecho foi retirado do volumoso levantamento da legislação portuguesa sobre a escravidão africana no Brasil, uma fonte de referência fundamental no tema e que apresenta a transcrição das documentações na íntegra, resultado do esforço empreendido pela historiadora Silvia Hunold Lara. Chama-nos atenção a ausência da palavra quilombola nesta compilação que cobre o período de 1521 até 1822.

## ESCRAVIDÃO INDÍGENA E A ORIGEM DO TERMO CANHANBOLA

A viabilidade do projeto colonial passava pela necessidade de incorporar as populações indígenas à Colônia, dada a dimensão territorial, as ameaças à ocupação portuguesa e as invasões estrangeiras, além da dependência da força de trabalho e dos poucos recursos disponíveis nos séculos iniciais da conquista. O aldeamento enquanto política primordial, definido como espaço de agrupamento de índios de origens diversas, visava à conversão em vassalos do Rei através da sujeição à Igreja. Tal tratamento impunha aos administrados obrigações e alguns direitos. Convém ressaltar o interesse e dependência da Coroa em torno destas alianças, abrindo possibilidades de negociação (ainda que desiguais) na relação dos índios com os portugueses. Em contrapartida, a escravização era admitida – apesar de não ser indiscriminadamente aceita – por meio de guerras justas e expedições de resgate. Os confrontos latentes entre os diferentes agentes sociais (particulares, jesuítas e metrópole), diziam respeito a determinar quais índios poderiam ser escravizados e em quais situações. Era preciso considerar a realidade econômica da colônia e fazer concessões. A produção açucareira trazia ganhos imensos

---

<sup>15</sup> BNLMS, Legislação, *sem cota*; ACL, *Morato*, 12, doc. 123; *Colleção Chronologica das Leis Extravagantes*, 3, p. 476. In: LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa, p. 297. Grifo meu.

para Portugal, mas demandava muita mão de obra. Nesse momento, o trabalho indígena apresentava-se como a alternativa mais racional. Ao mesmo tempo, a Coroa tinha o dever de converter os indígenas à fé católica, e proteger seus súditos, em tese, colocados na mesma condição jurídica que os demais colonos.

A farta legislação indigenista resulta dos acirrados debates sobre a liberdade dos povos nativos. Essas diferentes políticas operavam uma diferenciação de tratamento entre os índios aldeados e aliados, versus os gentios e inimigos, sendo os últimos considerados passíveis de escravização.<sup>16</sup>

As primeiras descobertas de ouro e dos diamantes estão ligadas às expedições dos bandeirantes paulistas que entrecortavam o sertão, desde o início do século XVII. Além de explorar riquezas minerais, as tropas tinham como atividade o apresamento de índios em larga escala para vendê-los como escravos ou usá-los no trabalho nas roças de subsistência e unidades de produção. Nem as missões jesuítas eram poupadas de invasões, o que causou acirrados conflitos. Cumpre lembrar que as expedições eram compostas por uma parcela significativa de caboclos e índios, fundamentais pelo conhecimento das matas, e que ocupavam as funções de guias e também de carregadores, cozinheiros e guerreiros.

Palco de uma intrincada rede de contato entre diferentes grupos, o intenso movimento migratório para região de Minas Gerais possibilitou o surgimento das primeiras vilas, arraiais, paróquias e de uma estrutura governamental instituída por meio de comarcas, promovendo, assim, um processo de urbanização associado à mineração. A abertura de estradas e caminhos propiciou a intensificação do comércio e um conjunto de atividades diversificadas, visando o abastecimento da região e provocando mais mudanças significativas.

Conforme a colonização avançava, os indígenas padeciam com altíssimas taxas de mortalidade em virtude das guerras, escravização, maus tratos e alterações ambientais. O choque epidemiológico teve um efeito particularmente devastador, tornando os índios suscetíveis a uma série de doenças europeias. As fugas e a recusa ao trabalho também eram muito comuns. Tais fatores restringiram as possibilidades de ampliar sua participação nas atividades produtivas.

Maria Regina Celestino de Almeida<sup>17</sup> utiliza o conceito de “resistência adaptativa” elaborado pelo historiador Steve Stern para qualificar a ação dos nativos diante das

---

<sup>16</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios livres e índios escravos.

<sup>17</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas*, p. 170-171.

relações de contato com os portugueses, levando em conta seu protagonismo e as diferentes formas de resistência em um movimento de negociar, apropriar e subtrair elementos de maneira interessada, conforme as necessidades surgiam. Viver na condição de aldeado ou fugir para o sertão dependeria do que representava maiores possibilidades de sobrevivência em determinada circunstância.

## ESCRAVIDÃO AFRICANA E MINERAÇÃO

A escravaria negra presente em Minas Gerais pode ser estimada através da documentação gerada pela capitação, tributo régio que incidia sobre a propriedade escrava e locais de comércio. Diferentes procedimentos de arrecadação de impostos foram adotados pela Coroa para controlar a extração do ouro, este sistema vigorou do segundo semestre de 1735 até o primeiro semestre de 1751. Para se ter uma ideia, na listagem de 1741, são contabilizados no segundo semestre 94.712 escravos.<sup>18</sup> Embora expressivos, estes números podem ter sofrido algumas distorções, visto que os proprietários tinham interesse em fraudar as informações para pagar menos impostos.

Por meio de caminhos terrestres, o abastecimento da mão de obra africana era feito pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, que cumpriam uma função distributiva, integrando redes comerciais que partiam da África, passavam pelos portos até chegar à capitania mineira.

Com o intenso contingente de escravos africanos trazidos em razão da extração aurífera nos setecentos, as fugas constantes e a disseminação de quilombos por toda região das Minas atormentavam as autoridades, evidenciando como o violento modo de produção escravista foi continuamente tensionado. Assim, o movimento de renovação nos estudos sobre a escravidão, especialmente a partir dos anos de 1980, na linha de uma nova história social aborda a atuação dos escravos enquanto sujeitos históricos.

Entre os inúmeros fatores que levavam um escravo a fugir, devemos considerar o contexto das péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos na mineração, sucessivos acidentes, exposição a uma série de enfermidades e desnutrição.

Apesar do enfoque usual ser dado aos maiores e mais populosos quilombos como o Ambrósio, o caso mais conhecido de Minas, Donald Ramos<sup>19</sup> destaca a profusão de

---

<sup>18</sup> Dados coletados no “Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das comarcas”. In: FIGUEIREDO, Luciana Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *Código Costa Matoso*, p. 406-413.

<sup>19</sup> RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII.

quilombos menores e as relações tecidas entre estes e as vilas, facilitada pela proximidade em que se encontravam das zonas urbanizadas. Em boa medida, havia uma rede de informação e contatos que criavam espaço para cooperação. O autor defende ainda que a intensa formação de quilombos deve ser lida como “parte integral da sociedade colonial brasileira”.<sup>20</sup> As atividades dos quilombos, aliadas às notícias e queixas de fugas, ataques e investidas de canhanbolas, envolveram a capitania em um espectro de tensão que se explica pela constante lembrança do contingente numeroso da escravaria e o pavor de que, uma vez aliados, poderiam promover uma grande revolta. Para responder a perigosa desordem, as autoridades tentaram efetuar esforços em múltiplas frentes.

Durante a etapa de pesquisa no banco de dados digital do Arquivo Público Mineiro, nos deparamos com um documento de 1751<sup>21</sup> em que o vocábulo canhanbola é mais uma vez utilizado, mostrando o quanto esse era o termo corrente para se referir ao escravo aquilombado. Nesse documento, os moradores de Santo Antônio da Casa Branca se dizem “oprimidos e assaltados atualmente de canhanbolas” e fazem um ajuste em comum acordo para contratar um capitão do mato que formará uma esquadra com o objetivo de “limpar” a freguesia e vizinhança “daquela vil canalha”. Tramitando na Câmara de Vila Rica, o ajuste também conta com uma espécie de estatuto que discrimina como proceder diante de cada situação, além de informar os prêmios a serem pagos ao capitão do mato pela captura dos ditos canhanbolas.

10. Todo o negro ou negra forra que souberem ou brancos e outras pessoas [ilegível] que tiverem comércio com calhambolas dando lhe de comer, armas, polvora ou chumbo o prenderão e remeterão a cadeia da Vila Rica dando parte ao D<sup>or</sup> ouvidor [ilegível] para suceder o castigo que merecerem. (CMOP Cx. 26 Doc. 30).

As vendas e tabernas na beira das estradas e entrada das povoações foram locais privilegiados para negociar armas, munição, ferramentas, bebidas e gêneros alimentícios com os canhanbolas. Deve-se contar ainda que o comércio de pequeno porte envolveu a participação substancial de mulheres escravas ou forras.<sup>22</sup> É notável que esses espaços

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 174.

<sup>21</sup> CMOP Cx. 26 Doc. 30.

<sup>22</sup> Sobre o tema, ver a análise de PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716-1755)*.

tenham cumprido uma função essencial de sociabilidade e solidariedade entre os seguimentos sociais mais pobres, e por esses motivos, tornaram-se alvos de severa vigilância e repressão das autoridades.

É neste quadro conturbado da primeira metade do século XVIII, no epicentro e auge da produção aurífera, que Antônio da Costa Peixoto produz a *Obra Nova*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que a *Obra Nova* é um documento rico que nos fala não somente acerca da língua mina, mas também fornece dados do uso social da língua portuguesa no Brasil colonial.

O caminho percorrido a partir da análise da palavra canhanbola, mostra como as marcas contidas na língua ilustram um painel sociocultural. Ressalta-se ainda que o termo está imerso em um vasto vocabulário sobre a escravidão, provocando, dessa forma, questões que podem contribuir para aproximar os estudos dos povos indígenas na América Portuguesa dos estudos da escravidão africana e outras formas de trabalho compulsório quando se observa as dinâmicas de contato na coexistência desses grupos sociais em determinados contextos. Portanto, acredito que a investigação das relações existentes entre indígenas e africanos é um campo de estudos a ser ampliado pelos historiadores. Por fim, essa pesquisa demonstra ainda que as línguas estão impregnadas de historicidade.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

### **Manuscritos**

*Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes.*  
Por Antonio Da Costa Peixoto em 1731. (Biblioteca Nacional de Lisboa)

*Obra Nova da Lingua Geral de Mina.* Antonio da Costa Peixoto. (Biblioteca Pública de Évora).

CMOP, Cx 26 doc 30. Informação sobre sua contratação, pelos moradores da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca, para combater quilombolas nas estradas, nas matas e cerrados da freguesia; e solicitação da sua nomeação legal. 19/11/1751. Câmara Municipal de Ouro Preto (Arquivo Público Mineiro - [siaapm.cultura.mg.gov.br](http://siaapm.cultura.mg.gov.br)).

### **Impressos**

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova de língua geral de mina*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora. Publicado e apresentado por Luís Silveira. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944. 36 p.

\_\_\_\_\_. *Obra nova de língua geral de mina*. Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora e da Biblioteca Nacional de Lisboa. Publicado e apresentado por Luís Silveira e acompanhado de comentário filológico de Edmundo Correia Lopes. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945. 66 p.

## Dicionários

DIAS, A. Gonçalves. *Diccionario da lingua tupy: a chamada língua geral dos indígenas*. Leipzig: Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typ. da Silva, 1832.

ROHAN, V. B. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Typ. de M. P. de Lacerda, 1823.

SOUZA, B. J. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

## Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARAÚJO, Fernando. Fome do ouro e fama da obra: Antônio da Costa Peixoto e a “Obra Nova de Lingoa Geral de Mina” – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII. *Antropologia*, n. 53, 2013. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a53-faraujo.pdf>>.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CARMO, Laura do. Africanos e descendentes em dicionários. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau, 2014. p. 165-181.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FIGUEIREDO, Luciana Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 119-422.

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, Jose (Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera: Digibis: Fundación Hernando de Larramendi, 2000.

LIMA, Ivana Stolze. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 109-121, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.211.09>>.

\_\_\_\_\_. Luíz Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira. *Humanas*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006.

MONTEIRO, John M. A escravidão indígena e o problema da identidade étnica em São Paulo colonial. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Araraquara. *Anais...* Araraquara, 1989. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/13-encontro-anual-da-anpocs/gt-14/gt01-6/6677-johnmonteiro-a-escravidao/file>>.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 353-374.

PINHEIRO, Claudio. Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 29-64.

PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia (1716-1755)*. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José ; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, João. *A língua nacional*. São Paulo: Edição da “Revista do Brasil”, Monteiro Lobato e Companhia, 1921.

SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-182, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200009)>.

MINISTÉRIO DO  
TURISMO

